

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE – FASE DE PROJETO

Empreitada referente à 1ª fase de **“Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde”**

Dono da Obra	Nome: BEAUTIFUL ANGELS, LDA Endereço: Rua dos Depósitos nº 87 Ameal 3045-293 Coimbra
---------------------	---

ÍNDICE

1. ASPETOS GERAIS	5
1.1. Objetivos	5
1.2. Caracterização Sumária da Obra	5
1.3. Divulgação e Distribuição do Plano de Segurança e Saúde	6
1.4. Comunicação Prévia	6
1.5. Organização da segurança	7
1.6. Alterações ao Plano de Segurança e Saúde	7
2. MEMÓRIA DESCRITIVA	8
2.1. Intervenientes da Empreitada e Responsabilidades no Domínio de Segurança e Saúde	8
2.1.1. Controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes, Máquinas e Equipamentos	12
2.2. Organograma Funcional	14
2.3. Horário de Trabalho	14
2.4. Seguros e Apólices de Acidentes de Trabalho	14
3. CARACTERIZAÇÃO DA OBRA	15
3.1. Condicionismos Existentes no Local	15
3.2. Processos Construtivos	17
3.3. Planos e Cronograma da Empreitada	17
3.3.1. Plano de Trabalhos	17
3.3.2. Plano e Cronograma da Mão-de-obra	17
3.4. Projeto do Estaleiro	18
3.5. Avaliação e Prevenção de Riscos	18
4. AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS	19
4.1. Plano de Ações – Condicionismos	19
4.2. Plano de Proteções Coletivas	20
4.3. Plano de Proteções Individuais	20
4.4. Plano de Informação e Formação dos Trabalhadores	21
4.5. Plano de Emergência	21
4.5.1. Procedimentos de Emergência	21
4.5.2. Prevenção Contra Incêndios	22
4.5.3. Primeiros Socorros	22
4.6. Plano de Gestão de Resíduos	22
4.7. Plano de Visitantes	23
4.8. Plano de Monitorização de Acidentes de Trabalho	24

4.8.1.	Registo de Acidentes.....	24
4.8.2.	Índices de Sinistralidade	24
4.9.	Identificação Controlo da Saúde dos Trabalhadores.....	24
4.10.	Plano de Inspeção e Prevenção	25
4.11.	Planos de Movimentação de Cargas	26
5.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	26
6.	DECLARAÇÕES	30
	ANEXOS	31
	ANEXO I – REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE	31
	ANEXO II – RELATÓRIOS DA FISCALIZAÇÃO	32
	PARTE 1 - FICHA MODELO DE REGISTO DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO.....	32
	PARTE 2 - FICHA MODELO DE REGISTO DE NÃO-CONFORMIDADES E AÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS	33
	ANEXO III - REGISTO DE EMPREITEIROS, SUBEMPREITEIROS, TRABALHADORES INDEPENDENTES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	34
	PARTE 1 – REGISTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIROS, SUBEMPREITEIROS E TRABALHADORES INDEPENDENTES	34
	PARTE 2 – REGISTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.....	35
	PARTE 3 – MODELO DE REGISTO DE UTILIZAÇÃO	36
	ANEXO IV – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	37
	ANEXO V – HORÁRIOS DE TRABALHO DA EMPREITADA	38
	ANEXO VI – REGISTO DE SEGUROS E APÓLICES DE ACIDENTES DE TRABALHO	39
	ANEXO VII – PLANOS DE TRABALHOS	40
	PARTE 1 – PLANO DE TRABALHOS.....	40
	PARTE 2 – PLANO E CRONOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA	41
	ANEXO VIII – PROJETO DO ESTALEIRO	42
	ANEXO IX – AVALIAÇÃO E HIRERARQUIZAÇÃO DE RISCOS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO	59
	ANEXO X – PLANO DE AÇÃO REFERENTE AOS CONDICIONALISMOS.....	63
	ANEXO XI – PLANO DE PROTEÇÕES COLETIVAS.....	64
	ANEXO XII – PLANO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.....	65
	PARTE 1 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PREVISTOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL	65
	PARTE 2 – MODELO DE FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI	67
	ANEXO XIII – PLANO DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES	68
	ANEXO XIV – PLANO DE EMERGÊNCIA.....	69
	ANEXO XV – PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS.....	70
	ANEXO XVI – PLANO DE VISITANTES.....	71



ANEXO XVII – MODELO DE FICHA DE PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO	72
ANEXO XVIII – MAPA DE ÍNDICES DE SINISTRALIDADE	73
ANEXO XIX – DECLARAÇÕES	74



1. ASPETOS GERAIS

1.1. Objetivos

O presente Plano de Segurança e Saúde (PSS), em fase de projeto, referente à empreitada da 1ª fase (movimentos de terras, estruturas em betão armado, arruamentos privados e arruamento público e redes de infra-estruturas exteriores (águas, esgotos, drenagem pluvial, PT, iluminação pública, alimentação elétrica, ITUR)) de construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde, da BEAUTIFUL ANGELS, LDA, pretende responder aos requisitos exigidos na legislação em vigor com o objetivo de garantir a integração da segurança e a proteção da saúde de todos os intervenientes no estaleiro, assim como os princípios gerais de prevenção em matéria de segurança e saúde. Desta forma, pretende-se, ainda, minimizar os índices de sinistralidade laboral e os custos sociais e económicos que resultam de acidentes de trabalho ou de acidentes profissionais, executando os trabalhos nos prazos adequados, tendo em consideração boas condições de segurança e saúde.

1.2. Caracterização Sumária da Obra

Dono da Obra	Nome: BEAUTIFUL ANGELS, LDA Endereço: Rua dos Depósitos nº 87 Ameal 3045-293 Coimbra
Tipo de Obra	Construção
Tipo de Utilização	Saúde
Local da Obra	Rua: Granjal - Cimo das Vinhas Localidade: Concelho: Coimbra
Previsão de início dos trabalhos	10/07/2025
Previsão de conclusão dos trabalhos	09/02/2026



1.3. Divulgação e Distribuição do Plano de Segurança e Saúde

A divulgação do PSS assume uma importância extrema para a garantia da execução da obra em segurança, ficando a cargo da Entidade Executante (EE).

No **Anexo I** encontra-se o modelo onde deverá ser feito o registo da distribuição do PSS.

O PSS e o seu desenvolvimento serão colocados no estaleiro da obra, em local acessível a todos os que queiram consultar, e serão dados a conhecer a todos os intervenientes na empreitada antes do início das atividades para as quais foram contratados e a cada atualização.

O Dono de Obra deve dar conhecimento, por escrito, do plano de segurança e saúde aprovado à Entidade Executante, a qual deve dar conhecimento aos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados, antes da respetiva intervenção no estaleiro, da totalidade ou parte deste que devam conhecer por razões de prevenção.

1.4. Comunicação Prévia

A Entidade Executante deverá enviar à Coordenação de Segurança em Obra (CSO), no prazo estipulado no caderno de encargos, toda a informação necessária à elaboração da Comunicação Prévia (CP), nomeadamente:

- Confirmação do Representante da Entidade Executante indicado no organograma.
- Confirmação do Diretor Técnico da Empreitada indicado no organograma.
- As datas de início e termo da empreitada.
- Estimativa do número máximo de trabalhadores por conta de outrem e independentes, presentes em simultâneo no estaleiro e, caso aplicável, a estimativa do somatório dos dias de trabalho prestado por cada um dos trabalhadores.
- Estimativa do número de empresas e de trabalhadores independentes no estaleiro.
- Identificação dos subempreiteiros já selecionados, anexando os respetivos alvarás.

Aquando do envio da informação mencionada, deverão juntar-se com as declarações dos intervenientes.

Sempre que posteriormente se verifique qualquer alteração dos elementos constantes da Comunicação Prévia de abertura do estaleiro, com exceção da identificação dos subempreiteiros, a Entidade Executante deve informar, através de *email* e telefonicamente, a CSO sobre as alterações ocorridas, no prazo de um dia a contar dessa ocorrência. Relativamente à identificação dos subempreiteiros para a alteração à Comunicação Prévia, a Entidade Executante deverá apresentar à CSO, mensalmente, até ao terceiro dia do mês seguinte, a lista de subempreiteiros selecionados, juntamente com os respetivos alvarás.

Constitui responsabilidade da CSO a disponibilização de uma cópia da Comunicação Prévia e posteriores Alterações à Comunicação Prévia, devendo a Entidade Executante incluir esta documentação, juntamente com os anexos que lhe dizem respeito, nomeadamente as listas mensais de subempreiteiros e respetivos Alvarás, bem como as declarações obrigatórias dos intervenientes da obra previstas no ponto 3 do Art.º 15º do Decreto-lei 273/2003, de 29 de outubro.



Durante todo o período da empreitada, a Entidade Executante garantirá a afixação na vitrina referida no ponto relativo ao projeto do estaleiro adiante apresentado, a cópia da última Alteração à Comunicação Prévia enviada à ACT pelo Dono da Obra.

1.5. Organização da segurança

Com o objetivo de acompanhar e avaliar a implementação do Plano de Segurança e Saúde será constituída uma Comissão de Segurança da Obra composta, em princípio, pelas pessoas com as seguintes funções ou representações:

- * Representante do Dono da Obra;
- * Representante do Diretor de Fiscalização da Obra;
- * Técnico responsável pelo exercício da coordenação de segurança em obra;
- * Diretor da Obra;
- * Responsável do Empreiteiro pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e pela correta aplicação, manutenção, atualização e organização deste PSS;
- * Representante(s) dos trabalhadores da empreitada.

No prazo de 11 (onze) dias a contar da data da consignação da empreitada, o Empreiteiro deve informar o Diretor de Fiscalização da Obra dos elementos que lhe compete designar para integrar a Comissão de Segurança e Saúde da Obra acima referida, incluindo-se também os representantes dos trabalhadores da empreitada cujo número deverá ser o referido na Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro). Salvo casos excecionais, estes representantes não poderão ser trabalhadores da equipa dirigente da empreitada (direção técnica, administrativos, encarregados, arvorados, chefes de equipa, chefe de laboratório). Nos 5 (cinco) dias seguintes a essa designação, o Empreiteiro obriga-se a colocar este PSS à disposição dos representantes dos trabalhadores da empreitada, explicando o seu conteúdo, assegurando o mesmo e no mesmo prazo sempre que haja alterações de algum destes representantes.

A Comissão de Segurança da Obra deve reunir periodicamente (em princípio, mensalmente ou outra periodicidade que venha a ser definida pelo Dono da Obra ou o Diretor de Fiscalização da Obra) para analisar o estado de implementação do Sistema; apoiar as tarefas do Diretor de Fiscalização da Obra; identificar as alterações que se mostrarem necessárias para a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho e analisar eventuais acidentes e índices de sinistralidade laboral registados na empreitada, e as medidas preventivas implementadas.

No fim de cada reunião, o Diretor de Fiscalização da Obra promoverá a elaboração da respetiva ata e assegurará a sua distribuição pelos intervenientes nesta Comissão no prazo de 11 (onze) dias.

O Empreiteiro deverá arquivar a ata das reuniões como anexo ao PSS de Fase de Obra.

1.6. Alterações ao Plano de Segurança e Saúde

Todas as alterações ao Plano de Segurança e Saúde devem ser tecnicamente analisadas e validadas pelo Coordenador de Segurança em Obra e posteriormente aprovados pelo Dono da Obra. Os desenvolvimentos realizados pela Entidade



Executante (EE) deverão chegar diretamente ao Coordenador de Segurança em Obra com o conhecimento da Fiscalização.

As alterações sugeridas pela Entidade Executante devem ser apresentadas com uma antecedência mínima de 10 dias referente às atividades correspondentes aos desenvolvimentos apresentados.

Tais desenvolvimentos devem, depois de aprovados, ser inseridos no PSS, de acordo com a estrutura definida nos respetivos anexos.

O PSS para execução da obra consistirá no desenvolvimento/adaptação, efetuado pela Entidade executante, do PSS de projeto para a obra. Este documento trata-se de um documento “dinâmico” que deverá ser melhorado e complementado sempre que necessário, com as medidas consideradas convenientes e adequadas, de forma a atingir os objetivos pretendidos.

2. MEMÓRIA DESCRITIVA

2.1. Intervenientes da Empreitada e Responsabilidades no Domínio de Segurança e Saúde

Constituem as responsabilidades dos intervenientes no domínio da saúde e segurança as apresentadas na Tabela 2.

Tabela 1 - Responsabilidades dos Intervenientes em segurança e saúde no trabalho (DL 273/2003).

Dono da Obra	<ul style="list-style-type: none">▪ Nomear o coordenador de obra em matéria de segurança e saúde.▪ Assegurar a existência do plano de segurança e saúde, por si aprovado, sem o qual não se poderá dar início aos trabalhos em estaleiro.▪ Remeter o plano de segurança e saúde ao coordenador de segurança em obra.▪ Aprovar as alterações ao plano de segurança e saúde.▪ Enviar a comunicação prévia de abertura de estaleiro à Inspeção Geral do Trabalho e comunicar à Autoridade das Condições de Trabalho (ACT) qualquer alteração dos elementos constantes nessa comunicação prévia.▪ Remeter o plano de segurança e saúde à ACT sempre que notificado para tal.▪ Em caso de ocorrência de acidente de que resulte a morte ou a lesão grave de trabalhadores, impedir o acesso de pessoas, máquinas e materiais ao local do acidente, com a exceção dos meios de socorro necessários, até à recolha dos elementos necessários para a realização do inquérito por parte do ACT.
Autor(es) de Projeto	<ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar o projeto da obra de acordo com os princípios gerais do projeto da obra e as diretivas do coordenador de segurança em projeto.▪ Colaborar com o dono da obra, ou com quem este indicar, na elaboração da compilação técnica da obra.▪ Colaborar com o coordenador de segurança em obra e a entidade executante, prestando informações sobre aspetos relevantes dos riscos associados à execução do projeto.

	Nas situações em que não haja coordenador de segurança em projeto, o autor do projeto deve elaborar o plano de segurança e saúde em projeto, iniciar a compilação técnica da obra e, se também não for nomeado coordenador de segurança em obra, recolher junto da entidade executante os elementos necessários para a completar.
Coordenador de Segurança em Projeto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que os autores do projeto tenham em atenção os princípios gerais do projeto da obra. ▪ Colaborar com o dono da obra na preparação do processo de negociação da empreitada e de outros atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho. ▪ Elaborar o plano de segurança e saúde em projeto ou, se o mesmo for elaborado por outra pessoa designada pelo dono da obra, proceder à sua validação técnica. ▪ Iniciar a organização da compilação técnica da obra e completá-la nas situações em que não haja coordenador de segurança em obra. ▪ Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma.
Coordenador de Segurança em Obra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o dono da obra na elaboração e atualização da comunicação prévia prevista. ▪ Apreciar o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde para a execução da obra e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas com vista à sua validação técnica. ▪ Analisar a adequabilidade das fichas de procedimentos de segurança e, sendo caso disso, propor à entidade executante as alterações adequadas. ▪ Verificar a coordenação das atividades das empresas e dos trabalhadores independentes que intervêm no estaleiro, tendo em vista a prevenção dos riscos profissionais. ▪ Promover e verificar o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes, nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, às atividades que possam ser incompatíveis no tempo ou no espaço e ao sistema de comunicação entre os intervenientes na obra. ▪ Coordenar o controlo da correta aplicação dos métodos de trabalho, na medida em que tenham influência na segurança e saúde no trabalho. ▪ Promover a divulgação recíproca entre todos os intervenientes no estaleiro de informações sobre riscos profissionais e a sua prevenção. ▪ Registar as atividades de coordenação em matéria de segurança e saúde no livro de obra, nos termos do regime jurídico aplicável ou, na sua falta, de acordo com um sistema de registos apropriado que deve ser estabelecido para a obra.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que a entidade executante tome as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas. ▪ Informar regularmente o dono da obra sobre o resultado da avaliação da segurança e saúde existente no estaleiro. ▪ Informar o dono da obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do presente diploma. ▪ Analisar as causas de acidentes graves que ocorram no estaleiro. ▪ Integrar na compilação técnica da obra os elementos decorrentes da execução dos trabalhos que dela não constem.
Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlar a correta aplicação dos métodos de trabalho. ▪ Verificar em obra o cumprimento das obrigações do empreiteiro geral, subempreiteiros e trabalhadores, previstas na legislação em vigor e no presente plano de segurança e saúde. ▪ Condução das reuniões semanais de obra em que serão analisadas as questões de segurança e saúde no trabalho. ▪ Proceder ao preenchimento dos relatórios fornecidos no Anexo II com a periodicidade indicada em cada um deles.
Entidade Executante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar os riscos associados à execução da obra e definir as medidas de prevenção adequadas e propor ao dono da obra o desenvolvimento e as adaptações do mesmo. ▪ Dar a conhecer o plano de segurança e saúde para a execução da obra e as suas alterações aos subempreiteiros e trabalhadores independentes, ou pelo menos a parte que os mesmos necessitam de conhecer por razões de prevenção. ▪ Elaborar fichas de procedimentos de segurança para os trabalhos que impliquem riscos especiais e assegurar que os subempreiteiros, os trabalhadores independentes e os representantes dos trabalhadores para a segurança, higiene e saúde no trabalho que trabalhem no estaleiro tenham conhecimento das mesmas. ▪ Assegurar a aplicação do plano de segurança e saúde e das fichas de procedimentos de segurança por parte dos seus trabalhadores, de subempreiteiros e trabalhadores independentes. ▪ Assegurar que os subempreiteiros cumpram, na qualidade de empregadores, as obrigações previstas no artigo 22.º do Decreto-lei nº 273/2003. ▪ Assegurar que os trabalhadores independentes cumpram as obrigações previstas no artigo 23.º do Decreto-lei nº 273/2003. ▪ Colaborar com o coordenador de segurança em obra, bem como cumprir e fazer respeitar por parte de subempreiteiros e trabalhadores independentes as diretivas daquele. ▪ Tomar as medidas necessárias a uma adequada organização e gestão do estaleiro, incluindo a organização do sistema de emergência. ▪ Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas.



	<ul style="list-style-type: none"> Organizar um registo atualizado dos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados com atividade no estaleiro. Fornecer ao dono da obra as informações necessárias à elaboração e atualização da comunicação prévia. Fornecer ao autor do projeto, ao coordenador de segurança em projeto, ao coordenador de segurança em obra ou, na falta destes, ao dono da obra os elementos necessários à elaboração da compilação técnica da obra.
Diretor Técnico da Obra	<ul style="list-style-type: none"> Criar procedimentos que garantam uma cuidada planificação da obra e, efetuando a análise de riscos de cada função e operação, incluir as necessárias medidas de prevenção e de controlo. Ser responsabilizado e responsabilizar a estrutura hierárquica da obra, para os assuntos de segurança, higiene e saúde no trabalho. Responsabilizar os diversos encarregados pelas frentes de trabalho pelo empenhamento na execução dos trabalhos de uma forma organizada, seguindo a planificação, preparando cada operação e incorporando as medidas preventivas necessárias. Assegurar o acompanhamento e verificação de que as respetivas medidas de prevenção são integralmente recebidas, compreendidas e aplicadas pelos trabalhadores em trabalhos com interferência no trânsito, com o público, trabalhos em altura e em zonas onde exista o risco de desmoronamento ou soterramento, trabalhos com produtos tóxicos, inflamáveis ou corrosivos. Reunir os elementos de informação indispensável à execução de análise de acidentes, estatísticas, documentação técnica e regulamentar e estabelecimento de um programa de prevenção. Visitar os locais de trabalho regularmente, detetando todas as situações e comportamentos contrários às regras de segurança e formular alternativas a este respeito. Animar e eventualmente organizar campanhas de segurança. Participar na formação contínua do pessoal.
Entidade Empregadora (Subempreiteiros)	<p>Durante a execução da obra, os empregadores devem observar as respetivas obrigações gerais previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunicar, pela forma mais adequada, aos respetivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados o plano de segurança e saúde ou as fichas de procedimento de segurança, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações; Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado; Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessária à segurança em todos os postos de trabalho no estaleiro; Garantir a correta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho;



	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração; ▪ Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial de substâncias, preparações e materiais perigosos; ▪ Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados; ▪ Armazenar, eliminar, reciclar ou evacuar resíduos e escombros; ▪ Determinar e adaptar, em função da evolução do estaleiro, o tempo efetivo a consagrar aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho; ▪ Cooperar na articulação dos trabalhos por si desenvolvidos com outras atividades desenvolvidas no local ou no meio envolvente; ▪ Cumprir as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante; ▪ Adotar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho revistas em regulamentação específica; ▪ Informar e consultar os trabalhadores e os seus representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a aplicação das disposições do presente diploma. <p>Quando exercer atividade profissional por conta própria no estaleiro, o empregador deve cumprir as obrigações gerais dos trabalhadores previstas no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.</p>
Trabalhadores Independentes	<p>Os trabalhadores independentes são obrigados a respeitar os princípios que visam promover a segurança e a saúde, devendo, no exercício da sua atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprir, na medida em que lhes sejam aplicáveis, as obrigações estabelecidas nos pontos anteriores; ▪ Cooperar na aplicação das disposições específicas estabelecidas para o estaleiro, respeitando as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante.

2.1.1. Controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes, Máquinas e Equipamentos

A Entidade Executante deve organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratado que trabalhe no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas:

- a) A identificação completa, residência ou sede e número fiscal de contribuinte;
- b) O número do registo ou da autorização para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas ou de industrial da construção civil, bem como de certificação exigida por lei para o exercício de outra atividade realizada no estaleiro;
- c) A atividade a efetuar no estaleiro e a sua calendarização;
- d) A cópia do contrato em execução do qual conste que exerce atividade no estaleiro, quando for celebrado por escrito;
- e) O responsável do subempreiteiro no estaleiro.

Cada empregador deve organizar um registo que inclua, em relação aos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas:

- a) A identificação completa e a residência habitual;
- b) O número fiscal de contribuinte;
- c) O número de beneficiário da segurança social;
- d) A categoria profissional ou profissão;
- e) As datas do início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;
- f) As apólices de seguros de acidentes de trabalho relativos a todos os trabalhadores respetivos que trabalhem no estaleiro e a trabalhadores independentes por si contratados, bem como os recibos correspondentes.

Os subempreiteiros devem comunicar o registo referido no número anterior, ou permitir o acesso ao mesmo por meio informático, à Entidade Executante. A Entidade Executante e os subempreiteiros devem conservar os registos referidos até um ano após o termo da atividade no estaleiro.

Aquando da entrada de cada subempreiteiro ou trabalhador independente, deve ser realizada uma formação de acolhimento, devendo a mesma ser registada e arquivada no presente PSS.

No que diz respeito às máquinas e equipamentos, deverão ser indicados os tipos de equipamentos e a sua quantidade para a execução da empreitada. Os equipamentos serão agrupados em equipamentos móveis (como escavadoras, camiões, empilhadores) e equipamentos fixos onde estão incluídas as ferramentas elétricas.

Para todos os equipamentos presentes no estaleiro, deverá ser elaborada uma ficha de controlo de equipamentos, sendo completada após a receção e aceitação do equipamento no estaleiro. De acrescentar que todos os equipamentos devem cumprir o disposto no Decreto-lei nº 50/2005, devendo ser sujeitos a verificações periódicas de forma a garantir o funcionamento em condições seguras, devendo, nesta perspetiva, estas evidências ser incluídas no mesmo anexo. O anexo de ser adaptado de acordo com o tipo de equipamento a ser verificado e deverá ser analisada a respetiva documentação específica:

- Declaração de conformidade CE (ano de fabrico posterior a 1995);
- Certificado de conformidade passado por organismo competente notificado (ano de fabrico anterior a 1995);
- Manual de instruções em português/ plano de manutenção;
- Registo das verificações efetuadas em conformidade com a legislação em vigor (manter registo das verificações dos dois últimos anos);
- Seguro de Responsabilidade Civil do equipamento, caso aplicável;
- Certificação acústica: nível do ruído;
- Sistema de proteção previsto no PIP do equipamento respetivo ou atividade prevista (ROPS, FOPS, isolamento elétrico, contacto mecânico, limitador de carga, limitador de movimento do braço; disjuntor diferencial 30 mA, insonorização da cabina entre outros)
- Certificado(s) de equipamentos de elevação (Ganchos; Estropos; Lingas; Correntes; Cabos)
- Validade de Calibração;
- Declaração de conformidade.

Encontra-se no **Anexo III**, o modelo das Fichas de Controlo de Receção e Utilização de Máquinas e Equipamentos bem como das Fichas de Controlo de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes.

Toda os registos devem ser adicionados ao **Anexo III**.

2.2. Organograma Funcional

O organograma funcional permite conhecer as ligações funcionais e hierárquicas da obra, constituindo, portanto, um documento indispensável em termos do conhecimento dos responsáveis pelas diferentes áreas e do circuito de informação, designadamente no que respeita aos serviços de prevenção e segurança. Este documento será apresentado no **Anexo IV** devendo estar afixado no estaleiro, em placar destinado a conter todas as informações relevantes.

2.3. Horário de Trabalho

Antes do início dos trabalhos, a Entidade Executante deverá submeter à apreciação do Diretor de Fiscalização da Obra e do Coordenador de Segurança o horário de trabalho que pretende utilizar no decurso da empreitada para cumprimento do plano de trabalhos aprovado, de forma a permitir aos mesmos verificar a correspondência entre o horário proposto pelo Empreiteiro e o Plano de Trabalhos aprovado.

Nos termos da legislação em vigor e de acordo com o previsto no Caderno de Encargos, o Diretor Técnico da Obra deverá afixar no estaleiro, durante todo o período de intervenção na obra, em local bem visível, o horário de trabalho.

O Diretor Técnico da Obra deverá ter em conta o período do ano em que os trabalhos decorrem, não devendo em caso algum ser permitido o trabalho em locais com um nível de iluminação insuficiente, nem laboração fora do horário referido e/ou sem as condições referidas.

No caso de ser necessária a realização de trabalhos fora dos períodos previstos no horário de trabalho em vigor, o Diretor Técnico da Obra terá de comunicar previamente, nos termos do Caderno de Encargos, ao Diretor de Fiscalização da Obra, expressando nesta comunicação que cumpre com a legislação em vigor nomeadamente quanto ao tempo de trabalho dos trabalhadores envolvidos. No caso de trabalhos por turnos ou de trabalhos noturnos, deverá ser solicitada autorização prévia à ACT.

Se se justificar, o Diretor de Fiscalização da Obra poderá não autorizar a realização de trabalhos fora do horário previsto ou determinar a suspensão do trabalho fora do horário normal.

A Entidade Executante juntamente com o Diretor Técnico da Obra arquivará no **Anexo V** cópia de todos os horários de trabalho utilizados na empreitada, notando sobre os mesmos os períodos de validade e os pedidos de realização de trabalho suplementar e respetivas autorizações devidamente assinadas pelo Diretor de Fiscalização da Obra.

A informação sobre os horários de laboração deve estar afixada no estaleiro em placar destinado a conter todas as informações relevantes.

2.4. Seguros e Apólices de Acidentes de Trabalho

Todo o pessoal empregue no estaleiro (incluindo o dos subempreiteiros e trabalhadores independentes) deve estar coberto por seguros de acidentes de trabalho.

O Coordenador de Segurança em Obra deverá fazer uma recolha das informações referentes aos seguros de acidentes de trabalho de todos os trabalhadores que exercem a sua atividade no estaleiro, com indicação da companhia de seguros e do número, validade e modalidade das apólices. Esta relação, que será acompanhada por uma cópia das apólices, será atualizada a cada mês e sempre que a entrada de novos trabalhadores ou de novos subempreiteiros no estaleiro o exija. Antes da entrada de um subempreiteiro no estaleiro, o Diretor Técnico da Obra deverá efetuar a sua apresentação ao Coordenador de Segurança em Obra e à equipa de fiscalização, com os seguintes elementos:

- Nome e especialidade;
- Alvará;
- Relação completa dos seguros dos trabalhadores que irão ser afetados ao empreendimento, com indicação da companhia de seguros e do número, validade e modalidade das apólices;
- Cópias do alvará e das apólices de seguro;
- Declarações, por parte do subempreiteiro, de distribuição aos seus trabalhadores dos equipamentos de proteção individuais e de cumprimento das suas obrigações de vigilância da saúde dos trabalhadores (estabelecidas do Decreto-Lei nº 441/91 de 14 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 133/99 de 21 de abril).

Todos os elementos atrás referidos são mantidos como registos no **Anexo VI** (complementado pela informação do Anexo III).

3. CARACTERIZAÇÃO DA OBRA

Na presente secção do PSS inclui-se uma caracterização genérica dos trabalhos da empreitada, identificando-se condicionalismos e riscos especiais e registando-se algumas situações relevantes sobre a realização da empreitada.

Os elementos aqui incluídos devem ser considerados pelos intervenientes nos processos de preparação, planeamento e execução da empreitada, que deverão avaliar, definir e implementar as medidas de prevenção consideradas necessárias e adequadas.

A construção em questão está situada Granjal-cimo das Vinhas, na União de freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas. Os trabalhos a realizar serão de natureza diversa e compreendem as Fundações, estruturas e contenções que constituem um edifício destinado a cuidados paliativos e continuados bem com as infra-estruturas exteriores necessárias.

As especialidades e os tipos de trabalhos compreendidos são os seguintes:

- Movimentos de terras
- Fundações, estruturas e contenções
- Redes exteriores de infra-estruturas: viárias, de águas, esgotos e pluviais, alimentação elétrica incluindo PT, iluminação pública e ITUR.

3.1. Condicionalismos Existentes no Local



Durante a obra deverão ser considerados os condicionalismos existentes no estaleiro e na área envolvente:

- As características geológicas, hidrológicas e geotécnicas do terreno;
- As redes técnicas aéreas ou subterrâneas (água, eletricidade, saneamento, telecomunicações, etc);
- As atividades que eventualmente decorram no local que possam ter implicações na prevenção de riscos profissionais associados à execução dos trabalhos.

Reg. Nº	Descrição do Condicionalismo	Riscos	Avaliação (A/M/B)
1	Rede Elétrica enterrada ou superior de média tensão	Corte de cabos de electricidade; Choque elétrico; Corte ao abastecimento da população local	A
2	Conduatas / Reservatórios de gás	Rutura de conduta; Explosão; Corte ao abastecimento da população local; Odores	A
3	Rede de telefone e Internet	Corte ao abastecimento da população local;	B
4	Atravessamento de estradas	Atropelamentos; Colisões; Queda de viaturas	B
5	Existência de nível freático;	Colapso do terreno; Queda de trabalhadores ou transeuntes para água	B
6	Redes de esgotos;	Rutura de conduta, Corte de abastecimento água à população; Libertação de odores e toxicidade;	B
7	Redes de distribuição de água predial;	Rutura de conduta, Corte de abastecimento água à população	B
8	Terreno “não rochoso”; Declives acentuados / acidentes do terreno	Colapso do terreno; Soterramento	M
9	Caminhos de circulação	Atropelamento, colisões	B
10	Circulação rodoviária junto à área de intervenção	Colapso do terreno	B
11	Declives acentuados / acidentes do terreno	Esmagamento Soterramento Lesões músculo-esqueléticas	B
12	Árvores / vegetação (a remover e/ou a preservar)	Danos ambientais e paisagísticos (queda de árvores provocada pelas intervenções em obra) Cortes	B



		Projeções Esmagamentos	
--	--	---------------------------	--

***AVALIAÇÃO SUBJETIVA DOS RISCOS – ALTO (A), MÉDIO (M) E BAIXO (B)**

Atendendo às características da obra, a Entidade Executante conjuntamente com o Diretor Técnico da Obra deverá proceder a nova verificação dos condicionalismos que possam vir a criar condições de risco.

3.2. Processos Construtivos

A empreitada será de construção e os trabalhos a realizar serão no exterior e no interior do edifício que irá ser construído tal como descrito no ponto 3 do presente documento. Para mais informações verificar memória descritiva, mapa de quantidades e peças desenhadas.

3.3. Planos e Cronograma da Empreitada

3.3.1. Plano de Trabalhos

Nos períodos de maior concentração de trabalhos o risco de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais é mais elevado. O Plano de Trabalhos deve ser preparado para que não sejam realizados simultaneamente trabalhos que se considerem incompatíveis ou cuja sua execução em paralelo possa gerar riscos acrescidos aos que estariam associados à sua execução em separado.

O Plano de Trabalhos deve ser submetido à apreciação do Diretor de Fiscalização da Obra e do Coordenador de Segurança em Obra, não podendo o mesmo ser aprovado sem parecer favorável destes através da aposição de assinatura e data de validação.

O Plano de Trabalhos deve ser alterado/modificado sempre que por questões de segurança e/ou saúde dos trabalhadores se considere justificável. O Diretor de Fiscalização da Obra pode solicitar à Entidade Executante ou Diretor Técnico da Obra, sempre que entenda conveniente, as alterações e/ou ajustes ao Plano de Trabalhos que entenda necessários.

Sempre que se justifique, deverão ser elaborados planos parciais (mensais, quinzenais, semanais, ou outros períodos) que, extraídos do plano de trabalho geral, permitam uma pormenorização mais adequada para a sua realização e identificação e prevenção de riscos.

A Entidade Executante, em conjunto com o Diretor Técnico da Obra, arquivará no **Anexo VII** todos os Planos de Trabalhos aprovados (incluindo os parciais).

3.3.2. Plano e Cronograma da Mão-de-obra

Em conjunto com o Plano de Trabalhos, a Entidade Executante e o Diretor Técnico da Obra apresentarão, atendendo ao previsto no Caderno de Encargos, o cronograma de mão-de-obra que indique, por semana, os valores previstos das cargas de mão-de-obra expressas em Pessoas (Plano de mão-de-obra) e Pessoas por hora (cronograma de mão-de-obra), assim como os valores acumulados.



O planeamento dos trabalhos deve ser feito evitando, tanto quanto possível, grandes variações nas cargas de mão-de-obra. Os períodos a que correspondam maiores afetações de mão-de-obra devem ser objeto de análise e de um maior controlo de forma a garantir condições adequadas de segurança e saúde no trabalho.

O Coordenador de Segurança em Obra poderá também solicitar a elaboração de planos e cronogramas de mão-de-obra por categorias profissionais e/ou frentes de trabalho, devendo estes ser apresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação.

Para além dos planos e cronogramas de mão-de-obra realizados com base no Plano de Trabalhos aprovado, a Entidade Executante e o Diretor Técnico da Obra registarão e apresentarão ao Coordenador de Segurança em Obra, mensalmente, até ao último dia útil da semana seguinte, de modo equivalente e sobre aqueles planos e cronogramas, as cargas de mão-de-obra reais (Pessoas e Pessoas x hora) verificadas nos meses anteriores.

A Entidade Executante arquivará o Plano e Cronograma de Mão-de-obra e os referentes registos no **Anexo VII**, conjuntamente com os Planos de Trabalhos.

3.4. Projeto do Estaleiro

A Entidade Executante e o Diretor Técnico da Obra deverão manter a zona envolvente em boas condições de circulação de veículos e pessoas, arrumação de máquinas, equipamentos e materiais bem como implementar a sinalização necessária de acordo com o Decreto-lei nº 155/95 e o Decreto-lei nº 273/2003, ambos na sua atual redação.

O projeto de estaleiro deverá ser composto pelas seguintes peças:

- Memória descritiva e justificativa do estaleiro – deve descrever e justificar os acessos, as circulações, a movimentação de cargas (manual e/ou mecânica), o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, as instalações sociais;
- Plantas de Estaleiro – localização de máquinas equipamentos e materiais, caixas de primeiros socorros, extintores, pontos de encontro, armazéns, instalações sociais e todos os demais espaços previstos.

O projeto do estaleiro deve ser arquivado no **Anexo VIII**, onde se encontra uma descrição prévia de como deve ser instalado um estaleiro.

3.5. Avaliação e Prevenção de Riscos

A avaliação de riscos expectáveis na obra é essencial para prevenir acidentes de trabalho, pelo que é essencial analisar-se o Projeto do Estaleiro, o Projeto da Obra e os Métodos e Processos Construtivos a empregar. Neste contexto, importa identificar os riscos decorrentes das várias fases da obra e estabelecer as medidas de proteção coletiva a adotar com vista à proteção da saúde e segurança dos trabalhadores.

Atendendo ao caráter deste Plano de Segurança e Saúde, apresenta-se no **Anexo IX** uma lista não exaustiva dos riscos profissionais e especiais, bem como as respetivas medidas de prevenção.

De realçar que fica a cargo da Entidade Executante e do Diretor Técnico da Obra, a revisão desta lista com vista à confirmação destes riscos, bem como à adição de outros não identificados previamente que se considerem relevantes, indicando, para os trabalhos a executar, as medidas destinadas a prevenir os vários riscos para os trabalhadores.

Os Riscos Especiais encontram-se definidos nas alíneas a) a j) do Artigo 7.º do Decreto-lei nº 273/2003. O PSS deve prever medidas adequadas para prevenir os riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores decorrentes de trabalhos:

- a) *Que exponham os trabalhadores a risco de soterramento, de afundamento ou de queda em altura, particularmente agravados pela natureza da atividade ou dos meios utilizados, ou do meio envolvente do posto, ou da situação de trabalho, ou do estaleiro;*
- b) *Que exponham os trabalhadores a riscos químicos ou biológicos suscetíveis de causar doenças profissionais;*
- c) *Que exponham os trabalhadores a radiações ionizantes, quando for obrigatória a designação de zonas controladas ou vigiadas;*
- d) *Efetuados na proximidade de linhas elétricas de média e alta tensão;*
- e) *Efetuados em vias ferroviárias ou rodoviárias que se encontrem em utilização, ou na sua proximidade;*
- f) *De mergulho com aparelhagem ou que impliquem risco de afogamento;*
- g) *Em poços, túneis, galerias ou caixões de ar comprimido;*
- h) *Que envolvam a utilização de explosivos, ou suscetíveis de originarem riscos derivados de atmosferas explosivas;*
- i) *De montagem e desmontagem de elementos prefabricados ou outros, cuja forma, dimensão ou peso exponham os trabalhadores a risco grave;*
- j) *Que o dono da obra, o autor do projeto ou qualquer dos coordenadores de segurança fundamentadamente considere suscetíveis de constituir risco grave para a segurança e saúde dos trabalhadores.*

Sempre que no decorrer da obra se verifiquem condições de trabalho com características de excecionalidade que exijam medidas de segurança adicionais, os operários envolvidos nos referidos trabalhos terão informação e formação suplementares sobre os perigos existentes e os procedimentos de segurança a seguir assegurados pela Entidade Executante.

É da responsabilidade da Entidade Executante e do Diretor Técnico da Obra a definição dos Planos de Trabalho para Riscos Especiais (PTRE) por forma a promover a segurança e saúde dos trabalhadores. Todos os PTRE deverão ser tecnicamente validados pela Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra e posteriormente aprovados pelo Dono de Obra. Deverá ser arquivada toda a informação no mesmo anexo (**Anexo IX**).

4. AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS

4.1. Plano de Ações – Condicionalismos

Deverão ser sugeridos, no PSS de fase de projeto, medidas de controlo de riscos profissionais e especiais associados aos condicionalismos apresentados anteriormente, como por exemplo: vedação do estaleiro, sinalização das operações, controlo do tráfego ou interrupção da circulação, identificação das plantas das redes técnicas existentes, adoção de



procedimentos específicos, com vista à minimização dos riscos e incómodos causados pela produção de ruído, vibrações e poeiras no estaleiro e área envolvente, etc.

De igual forma ao definido na avaliação de condicionalismos, a Entidade Executante e o Diretor Técnico da Obra têm por obrigação rever as medidas apresentadas para a prevenção de riscos decorrentes dos condicionalismos, confirmando aquelas já definidas e identificando outras que não tenham sido referenciadas, mas consideradas relevantes, tal como as necessárias aos novos condicionalismos posteriormente identificados, quando a situação se verifique.

As medidas de prevenção de riscos associadas aos condicionalismos, serão arquivadas no Plano de Ações referentes aos Condicionalismos, **Anexo X**.

4.2. Plano de Proteções Coletivas

A Lei-Quadro sobre segurança e saúde em vigor determina a necessidade de o empregador aplicar, entre outras, as medidas necessárias de proteção coletiva, tendo em vista a redução dos riscos profissionais. Como princípio de prevenção geral, prevê-se ainda, nesse diploma, que se dê prioridade às medidas de proteção coletiva face às de proteção individual. O Plano de Proteções Coletivas envolve a definição das medidas de proteção coletiva incluindo, naturalmente, a escolha dos equipamentos de proteção coletiva a implementar na obra, de forma a prevenir os riscos a que venham a estar expostos os trabalhadores.

A definição destas medidas está associada aos riscos expectáveis na obra e que interessa prevenir, pelo que, no estabelecimento deste plano deve, em especial, analisar-se o Projeto do Estaleiro, o Projeto da Obra e os Métodos e Processos Construtivos a empregar.

Assim, a Entidade Executante, em conjunto com o Diretor Técnico da Obra, deverá apresentar um Plano de Proteções Coletivas abrangendo os diversos trabalhos a executar, e indicando quais as medidas de proteção destinadas a prevenir os vários riscos a que os trabalhadores possam estar expostos, em particular os riscos especiais, apresentando-o no **Anexo XI**.

4.3. Plano de Proteções Individuais

Este plano visa a adoção de medidas destinadas a assegurar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de forma a atenuar os riscos associados às tarefas que cada trabalhador desempenha.

Por EPI entende-se qualquer equipamento, ou seu acessório, destinado a uso pessoal do trabalhador, para proteção contra riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde no desempenho das suas tarefas.

As condições de utilização destes EPI, nomeadamente no que se refere à sua duração, serão determinadas em função da gravidade do risco, da frequência da exposição ao risco, das características do posto de trabalho de cada trabalhador e do comportamento do equipamento.

Porém, a eficiência do uso de um determinado tipo de EPI depende fundamentalmente do Diretor Técnico da Obra (e/ou do Coordenador de Segurança em Obra) e do próprio trabalhador.

Ao Diretor Técnico da Obra competirá fornecer todas as instruções de utilização e controlar o seu uso, validados pelo Coordenador de Segurança em Obra. Ao trabalhador incumbirá o uso desse equipamento, respeitar as instruções de utilização e apresentar todas as anomalias e defeitos que detete no equipamento.



A seleção do EPI depende, naturalmente, dos riscos que importa prevenir. No **Anexo XII** encontra-se uma ficha que explicita os EPI de uso obrigatório previstos, tendo em consideração as categorias profissionais que se supõe que venham a estar presentes em obra.

Nos termos da lei em vigor, compete ao Empregador o fornecimento a cada trabalhador do EPI que se imponha, face à respetiva atividade.

O Empregador deverá, ainda, informar cada trabalhador dos riscos que cada EPI visa proteger e de como deve ser utilizado.

No ato de entrega do EPI, cada trabalhador deverá assinar a sua ficha de receção, comprometendo-se a utilizar corretamente o EPI recebido. Nesse ato, o trabalhador deverá também tomar conhecimento das suas obrigações, assinando para o efeito uma declaração. Estas fichas apresentam-se no **Anexo XI**.

4.4. Plano de Informação e Formação dos Trabalhadores

A Lei-Quadro da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, define como obrigação da Entidade Empregadora a formação e informação dos seus trabalhadores de acordo com as funções que os mesmos desempenham e os respetivos postos de trabalho.

Neste sentido, o Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores visa dar resposta a essa exigência, devendo proporcionar condições para a formação específica dos trabalhadores, promover ações de sensibilização para a generalidade dos trabalhos, calendarizar reuniões periódicas por grupos de trabalhadores e afixar informações gerais, realçando aspetos essenciais, com vista ao controlo e prevenção dos riscos de acidentes de trabalho.

Desta forma, a Entidade Executante deverá incluir no **Anexo XIII** todos os documentos envolvidos no âmbito do Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores, isto é, os registos comprovativos das ações de formação preferencialmente acompanhado do programa lecionado.

4.5. Plano de Emergência

O Plano de Emergência, definido pela Entidade Executante, deverá ser adicionado ao **Anexo XIV** e deverá ter em consideração as secções a seguir referidas. No mesmo anexo encontra-se o procedimento que deve ser adotado em caso de acidente.

4.5.1. Procedimentos de Emergência

Nos termos da legislação em vigor, constitui obrigação da Entidade Executante o estabelecimento das medidas a implementar em caso de ocorrência de acidente, ou mesmo incêndios, na obra, através do desenvolvimento do Plano de Emergência.

Deverão assim ser previstas medidas eficazes, de forma a assegurar a rápida prestação de primeiros socorros aos sinistrados e a sua evacuação para a unidade hospitalar mais próxima ou adequada.

No estaleiro da obra, deverão ser afixados os contactos de emergência e a **Planta de Emergência** desenvolvida pela Entidade Executante.

Em caso de acidente deverão ser contactados, pela entidade empregadora, a ACT o Coordenador de Segurança em Fase de Obra e o Diretor de Obra, no mais curto prazo possível até um máximo de vinte e quatro horas, devendo de igual forma estar afixados os contactos das duas últimas entidades.

Em caso de acidente devem ser suspensos todos os trabalhos que destruam ou alterem os vestígios do acidente, com exceção dos meios de socorro e assistência às vítimas.

4.5.2. Prevenção Contra Incêndios

A prevenção contra incêndios deverá merecer especial atenção por parte da Entidade Executante. Neste sentido, o estaleiro deverá ser equipado com extintores adequados ao tipo de fogo e à carga térmica de cada área, acompanhados da respetiva sinalização.

Deverá ainda ser dada informação adequada a todo o pessoal em obra.

Deve ser fornecido o registo das validades dos dispositivos de extinção de incêndio ao Dono da Obra. Sempre que um dispositivo for utilizado, deve ser feita a sua restituição e proceder-se a novo registo.

Ao Diretor Técnico da Obra compete propor e instalar o equipamento de combate a incêndio necessários à proteção das instalações.

4.5.3. Primeiros Socorros

Deverão existir em obra caixas de primeiros socorros com todo o material destinado a pequenos curativos, de entre os quais, de acordo com a Informação Técnica nº 1/2010 da Direção-Geral da Saúde:

- Compressas de diferentes dimensões;
- Pensos rápidos;
- Rolo adesivo;
- Ligadura não elástica;
- Solução anti-séptica (unidose);
- Álcool etílico 70% (unidose);
- Soro fisiológico; (unidose);
- Tesoura de pontas rombas;
- Pinça;
- Luvas descartáveis em latex.

Será de notar que o material de penso utilizados devem ser repostos de imediato.

Deverão ser designados alguns trabalhadores com conhecimentos suficientes para a prestação de primeiros socorros, aos quais será rapidamente comunicado qualquer acidente que ocorra, assistindo de forma rápida e efetiva o sinistrado.

4.6. Plano de Gestão de Resíduos

Constitui obrigação da Entidade Executante a recolha e evacuação dos resíduos provenientes da empreitada. As zonas de armazenamento temporário de resíduos no Estaleiro devem estar devidamente delimitadas e identificadas com os códigos da Lista Europeia de Resíduos, devendo os locais ser previamente definidos no projeto do estaleiro.

Neste sentido, fica a cargo da Entidade Executante a execução do Plano de Gestão de Resíduos, que engloba o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção Demolição de acordo com o Plano da Obra e a legislação em vigor, a acrescentar ao **Anexo XV**.

Quanto aos resíduos domésticos, deverão ser depositados em contentores espalhados pela obra e posteriormente vazados para contentor a localizar à entrada da obra.

As sucatas deverão ser colocadas em contentor próprio para posterior remoção do local da obra, quando se justificar. Os Resíduos de Construção e Demolição (RCD) permanecerão o mínimo tempo possível em obra, devendo ser separados por categorias e removidos por transportadora credenciada para este efeito, para local devidamente licenciado, conforme definido no Plano de Prevenção e Gestão de RCD previsto neste PSS e na legislação aplicável.

Quaisquer solos ou líquidos contaminados por óleo ou outras matérias nocivas à saúde terão de ser devidamente descontaminadas, sendo responsabilidade da Entidade Executante.

4.7. Plano de Visitantes

Este plano destina-se a estabelecer as medidas de prevenção que devem ser tomadas aquando da entrada de visitantes no estaleiro.

Só são permitidas as visitas ao estaleiro quando seja indicado o motivo das mesmas e estejam devidamente autorizadas pelo Dono da Obra, sendo proibida a entrada a pessoas não autorizadas.

Aquando da realização de uma visita ao estaleiro, serão tomadas as seguintes medidas de prevenção:

- Todas as visitas à obra deverão ser previamente solicitadas e autorizadas pelo Dono da Obra;
- Deverá ser feito um cuidadoso planeamento da visita, incluindo o respetivo horário, circulações previstas e a permanência no estaleiro;
- Deverá ser realizada uma ação de acolhimento (devendo a mesma ser registada e assinada);
- O acompanhamento da visita deverá ser feito por pessoa conhecedora do estaleiro e, sempre com o conhecimento da fiscalização;
- É obrigatória a utilização, pelo visitante, do equipamento de proteção individual adequado (capacete ou outro; colete refletor e calçado com proteção mecânica/biqueiras), que será fornecido pelo Dono da Obra ou pelo Empreiteiro, consoante os casos;
- Só é permitido filmar ou fotografar no estaleiro, quando expressamente autorizado pelo Dono da Obra.

Apenas é admitido o acesso e/ou a permanência dos visitantes no estaleiro dentro do horário normal de trabalho.

O não cumprimento por parte das visitas das normas que lhe sejam aplicáveis definidas neste PSS implica o termo imediato da visita.

Deverão ser preenchidas para qualquer visitante as Fichas de Visitas ao Estaleiro da Obra (**Anexo XVI**).

4.8. Plano de Monitorização de Acidentes de Trabalho

4.8.1. Registo de Acidentes

Toda a ocorrência de um acidente (seja leve, grave ou mortal) deverá ser imediatamente comunicada ao Diretor Técnico da Obra, ao Dono de Obra e ao Coordenador de Segurança em Obra. No caso de acidentes graves ou mortais, ou que assumam especial gravidade na perspetiva da segurança no trabalho, a entidade empregadora deve comunicar à ACT e ao Coordenador de Segurança em Obra, no mais curto prazo possível, não podendo ultrapassar as 24h, a ocorrência do mesmo.

Deverá ser preenchida a respetiva ficha de registo de acidentes de trabalho, num prazo de 24 horas para os acidentes graves e mortais e de 3 dias para os restantes acidentes (**Anexo XVII**).

Após o acidente será realizado um inquérito e elaborado o respetivo relatório onde se mencione as causas do acidente e as medidas corretivas a implementar. Esse relatório é elaborado pela EE e deve ser enviado à CSO.

O Diretor Técnico da Obra fica obrigado a informar todos os operários em obra da necessidade deste tipo de procedimentos, devendo elaborar um folheto sobre este tema, o qual distribuirá periodicamente.

Será elaborado e mantido um arquivo de obra onde constem as participações dos acidentes e, sempre que existirem, os respetivos boletins de alta.

4.8.2. Índices de Sinistralidade

Para avaliar o desempenho do empreendimento, em termos de segurança, será elaborado o Mapa Estatístico de Acidentes de Trabalho (AT) nos primeiros três dias do mês seguinte a que dizem respeito.

Neste mapa (**Anexo XVIII**), da competência da Direção Técnica da Obra, constarão os índices de frequência, de gravidade e de segurança, bem como a taxa de incidência referente a todos os acidentes ocorridos no estaleiro. O referido mapa deverá ser enviado ao Dono da Obra.

4.9. Identificação Controlo da Saúde dos Trabalhadores

- Identificação dos Trabalhadores

É da responsabilidade da Entidade Executante identificar todos os trabalhadores da obra, incluindo os dos subempreiteiros, e trabalhadores independentes, caso existam. Todos os trabalhadores da obra antes de iniciarem funções na obra terão que preencher uma ficha de identificação individual em modelo à escolha da Entidade Executante a qual deve conter os principais dados de identificação pessoal (nome, data de nascimento, naturalidade, n.º do bilhete de identidade, n.º da segurança social, ...), entidade empregadora, cópia do contrato ou indicação do local onde se encontra o contrato, data do contrato, categoria profissional e a data de início de funções na obra. A Entidade Executante deverá fornecer a cada trabalhador, um cartão de identificação contendo na frente no mínimo o seguinte: designação da Entidade Executante, designação da empreitada de forma resumida, nome do trabalhador, profissão, entidade patronal. No verso desse cartão deverá conter no mínimo os EPI de uso permanente.

- Exames médicos dos Trabalhadores

Nos termos da legislação vigente constitui obrigação da entidade empregadora assegurar a vigilância adequada da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram expostos, devendo para tal promover a realização de exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores, bem como a repercussão do trabalho e das suas condições na saúde do trabalhador. É assim obrigação da Entidade Executante assegurar que cada trabalhador da obra possui aptidão física e psíquica para o exercício das suas funções. Na ficha individual de cada trabalhador terá que ser notada a data do último exame médico a que o trabalhador foi sujeito e o resultado da inspeção médica, devendo ser anexada a cada ficha individual declaração assinada pelo Médico do Trabalho atestando a aptidão do trabalhador e a data da próxima inspeção médica. Os trabalhadores que sofram acidentes que resultem em incapacidade temporária por um período superior a 30 (trinta) dias devem, antes de regressar ao trabalho ser sujeitos a inspeção médica. É da responsabilidade da Entidade Executante proceder à verificação das fichas individuais de todos os trabalhadores de forma a garantir que todos os trabalhadores têm as inspeções médicas válidas. A Entidade Executante deverá também organizar uma lista com todos os trabalhadores da obra (próprios, subempreiteiros, e trabalhadores independentes), constituída pelo menos pelas seguintes colunas de informação: número de ordem, nome do trabalhador, data da última inspeção médica, menção apto ou não apto, data da próxima inspeção médica, registo de número de ordem de substituição (caso um dado trabalhador seja sujeito a nova inspeção e incluído novamente noutra posição da mesma lista). Todas as folhas desta lista deverão ser assinadas e datadas pelo Médico do Trabalho e pelo Diretor Técnico da Empreitada.

4.10. Plano de Inspeção e Prevenção

O Plano de Inspeção e Prevenção tem como objetivo estabelecer para os elementos/operações de construção com riscos associados, as medidas preventivas a adotar face a esses riscos, assim como estabelecer o processo de registos de forma a comprovar a execução das medidas previstas.

O Plano de Inspeção e Prevenção baseia-se na utilização sistemática das seguintes:

- Procedimentos de inspeção e prevenção;
- Registo de inspeção e prevenção;
- Registo de não conformidade e ações corretivas/preventivas

- Ficha de Procedimentos de Inspeção e Prevenção

Com os procedimentos de inspeção e prevenção pretende-se identificar os riscos e planear as respetivas medidas preventivas associadas a execução de cada elemento/operação de construção. Esta ficha destina-se a ser utilizada para cada operação ou elemento de construção. A Fiscalização ou o Coordenador de Segurança em Obra podem em qualquer momento determinar a elaboração de novos procedimentos de inspeção e prevenção. A Entidade Executante arquivará em anexo ao Plano de Segurança e Saúde a lista de procedimentos de inspeção e prevenção da obra e os originais das respetivas fichas devidamente assinados e datados, no Anexo II, Parte 1.

- Ficha de Registo de Inspeção e Prevenção

A utilização corrente das fichas de procedimentos de inspeção e prevenção assenta no controlo das verificações/tarefas nelas previstas. Os resultados deste controlo serão registados em fichas próprias, apresentando-se no anexo II, Parte 1 uma ficha modelo para esse efeito, com a designação de ficha de registo de inspeção e prevenção, a qual deve ser preenchida para cada elemento/operação de construção. Com o preenchimento desta ficha, a Entidade Executante é responsabilizada pela segurança na execução dos trabalhos, introduzindo-se o autocontrolo.

- Ficha de Registo de Não Conformidade e Ações Corretivas/Preventivas

Sempre que a Entidade Executante e/ou a Fiscalização considerar(em) que uma não conformidade apresenta gravidade significativa (requerendo ações corretivas importantes) ou que embora de menor gravidade corresponda a uma situação de reincidência, deve elaborar-se o registo, designado por registo de não conformidade e ações corretivas/preventivas. É da responsabilidade da Entidade Executante:

- Identificar e descrever as não conformidades;
- Propor e acordar com a Fiscalização as ações corretivas/preventivas a executar;
- Desenvolver dentro do prazo acordado as ações corretivas/preventivas;
- Verificar a eficácia das ações preventivas;
- Analisar as causas das não conformidades;

4.11. Planos de Movimentação de Cargas

Antes de iniciar os trabalhos de movimentação de cargas por meios auxiliares, a Entidade Executante deverá:

- Verificar e garantir que os dispositivos tenham marcado, de forma bem visível a carga nominal de utilização.
- Garantir, através de inspeções diárias o bom estado de conservação dos pontos de engate, correntes, cabos ou cintas de elevação;
- Vigiar o estado de conservação dos dispositivos metálicos, especialmente no respeitante à corrosão, fissuras ou alterações da geometria;
- Garantir o bom estado de utilização dos meios auxiliares de elevação no que diz respeito à existência de patilha de segurança no gancho, deformações e desgastes nos cabos ou fios partidos;
- Deve garantir a proibição de permanência por debaixo dos dispositivos durante a movimentação;
- Garantir que o porta paletes tenha os pontos de suspensão e os garfos em bom estado de utilização, isentos de corrosão ou ruturas. A Entidade Executante deverá apresentar o plano de movimentação de cargas e ser submetido a aprovação pelo Coordenador de Segurança em Obra.

5. ENQUADRAMENTO LEGAL

Regulamentação de âmbito geral (Segurança e Saúde no Trabalho)

NOTA: Deverá ter-se sempre em conta a leitura da legislação na atual redação.



Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – Código do Trabalho.

Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro – Regime jurídico da promoção da segurança e da saúde dos trabalhadores no trabalho.

Lei nº 3/2014, de 28 de janeiro - (Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca).

Decreto-Lei nº 88/2015, de 28 de maio - Procede à alteração da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pelas Leis n.ºs 42/2012, de 28 de agosto, e 3/2014, de 28 de janeiro.

Portaria n.º 987/93 de 6 de outubro - Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro.

Decreto-Lei n.º 106/2017 - Estabelece as regras relativas a informação estatística sobre acidentes e trabalho e doenças profissionais.

Portaria n.º 762/2002 de 1 de julho – Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

Portaria n.º 71/2015 de 10 de março – Aprova o modelo de ficha de aptidão para o trabalho e revoga a Portaria n.º 299/2007, de 16 de março.

Decreto-Lei n.º 236/2003 de 30 de setembro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/92/CEE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e saúde dos trabalhadores suscetíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas no local de trabalho.

Portaria n.º 390/2002 de 11 de abril - Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local.

Portaria nº 255/2010, de 5 de maio - Estabelece o modelo de requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho.

Construção Civil

Decreto-Lei n.º 41820 de 11 de agosto de 1958 - Estabelece a fiscalização e infrações às normas de segurança para proteção do trabalho nas obras de construção civil.

Decreto-Lei n.º 41821 de 11 de agosto de 1958 - Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil – RSTCC.

Decreto-Lei n.º 46427 de 10 de julho de 1965 - Aprova o Regulamento das Instalações Provisórias do pessoal empregado nas Obras – RIPPEO.

Decreto-Lei n.º 308/89 de 14 de setembro - Comete ao CMOPP competência para fiscalizar a proteção, organização, segurança e sinalização de estaleiros de obras.

Portaria n.º 101/96 de 3 de abril - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de julho relativo as prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro – Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.

Equipamento de Proteção Individual – EPI

Decreto-Lei n.º 118/2019 de 21 de agosto - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/425, relativo aos equipamentos de proteção individual.

Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva do n.º 89/656/CEE, de 30 de novembro, relativa as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual.

Portaria n.º 988/93 de 6 de outubro - Estabelece a descrição técnica do equipamento de proteção individual, de acordo com o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro;

Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro - Estabelece as exigências essenciais relativas a saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de abril.

Portaria n.º 109/96 de 10 de abril - Altera os Anexos I, II, IV e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro.

Portaria n.º 695/97 de 19 de agosto - Altera os Anexos I e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro.

Decreto-Lei n.º 374/98 de 24 de novembro – Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5 de novembro, n.º 128/93 de 22 de abril, n.º 383/93 de 18 de novembro, n.º 130/92 de 6 de Junho, n.º 117/88 de 12 de Abril e n.º 113/93 de 10 de Abril, relativos a EPI e marcação CE.

Máquinas, equipamentos e materiais de estaleiro

Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de setembro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/269/CEE, de 29 de maio, relativa as prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação manual de cargas.

Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2001/45/CEE, de 27 de junho, relativa as prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de trabalho.

Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/270/CEE, de 29 de maio, relativas as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.

Portaria n.º 989/93 de 6 de outubro - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro.

Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho - Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios.

Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de agosto - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança das pessoas.

Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho. Revoga Decreto-lei nº 82/99.



Portaria n.º 172/2000 de 23 de março – Definição de máquinas usadas que pela sua complexidade e características revistam especial perigosidade.

Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 de junho - Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios.

Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.

Sinalização de Segurança

Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de junho - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/58/CEE, de 24 de junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.

Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.

Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro – Regulamento de Sinalização de Trânsito.

Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto - Altera os artigos 4º, 12º, 13º, 14º, 15º, 18º, 21º, 22º, 34º, 35º, 40º, 46º, 47º, 49º, 54º, 60º, 61º, 62º, 66º, 69º, 71º, 74º, 75º, 78º, 81º e 93º do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro.

Decreto Regulamentar no 13/2003 de 26 de junho - Altera o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar no 22-A/98 de 1 de outubro.

Ruído

Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de agosto estabelece as regras em matéria de emissões sonoras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço de equipamento para utilização no exterior, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de maio, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de março.

Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro - Regulamento Geral do Ruído.

Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 de setembro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 2003/10/CE, de 6 de fevereiro, que adotou prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes a exposição dos trabalhadores aos riscos devido ao ruído. Revoga o Decreto-Lei n.º 72/92 e o Decreto Regulamentar n.º 9/92, ambos de 28 de abril.

Riscos elétricos

Decreto-Lei n.º 740/74 de 26 de dezembro - Aprova o regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica (alterado pela Portaria n.º 303/76, de 26 de abril).

Riscos decorrentes de utilização de Explosivos

Decreto-Lei n.º 376/84 – Regulamento sobre o licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de produtos explosivos.

Decreto-Lei n.º 265/94 – Legisla as disposições respeitantes a colocação no mercado e ao controlo dos explosivos para utilização civil.

Substâncias Perigosas

Decreto-Lei n.º 98/2010 – Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro.

Vibrações

Decreto-Lei n.º 46/2006 - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativas as prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a vibrações mecânicas.

6. DECLARAÇÕES

No **Anexo XIX** do presente PSS, devem ser arquivadas as declarações inerentes à realização da empreitada. Nomeadamente:

- Declaração da Comunicação Prévia da Abertura do Estaleiro;
- Declaração do Autor(es) do Projeto;
- Declaração de Nomeação do Coordenador de Segurança de Fase de Projeto;
- Declaração de Aceitação do Coordenador de Segurança em Fase de Projeto;
- Declaração de Nomeação do Coordenador de Segurança de Fase de Obra;
- Declaração de Aceitação do Coordenador de Segurança em Fase de Obra;
- Declaração da Entidade Executante;
- Declaração do Representante da Entidade Executante;
- Declaração da Fiscalização;
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada.

ANEXOS

ANEXO I – REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

[illegible]

ANEXO II – RELATÓRIOS DA FISCALIZAÇÃO

PARTE 1 - FICHA MODELO DE REGISTO DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO

BEAUTIFUL ANGELS, LDA		
REGISTO DE INSPEÇÃO E PREVENÇÃO		
Localização/Atividade		
Verificação/Tarefa	Controlo	
	Entidade Executante:	Entidade Executante:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Fiscalização:	Fiscalização:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Fiscalização:	Fiscalização:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Entidade Executante:	Entidade Executante:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Fiscalização:	Fiscalização:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Entidade Executante:	Entidade Executante:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Fiscalização:	Fiscalização:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Entidade Executante:	Entidade Executante:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Fiscalização:	Fiscalização:
	Data:	Data:
	Assinatura:	Assinatura:
	Entidade Executante:	Entidade Executante:



PARTE 2 - FICHA MODELO DE REGISTO DE NÃO-CONFORMIDADES E AÇÕES PREVENTIVAS E/OU CORRETIVAS

BEAUTIFUL ANGELS, LDA	
REGISTO DE NÃO CONFORMIDADES E AÇÕES PREVENTIVAS	
Descrição da Não Conformidade	
Localização	
Documentos de Referência ^(a) :	
Dir. Técn. Da Obra:	Fiscalização:
Data:	Data:
Descrição de Ações Preventivas:	
Corrigir até:	
Dir. Técn. Da Obra:	Fiscalização:
Data:	Data:
Verificação das Medidas Preventivas:	
Dir. Técn. Da Obra:	Fiscalização:
Data:	Data:
Coordenador de Segurança:	Diretor Técnico da Obra:
Data:	Data:

(a)

Documentos que evidenciem as medidas que deveriam ter sido tomadas por forma a evitar a não conformidade.



ANEXO III - REGISTO DE EMPREITEIROS, SUBEMPREITEIROS, TRABALHADORES INDEPENDENTES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

PARTE 1 – REGISTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIROS, SUBEMPREITEIROS E TRABALHADORES INDEPENDENTES

Esta minuta serve apenas para controlo. Toda a documentação aqui referenciada será arquivada em pastas identificadas por subempreiteiro.

BEAUTIFUL ANGELS, LDA			
FICHA DE CONTROLO DE SUBEMPREITEIROS E TRABALHADORES INDEPENDENTES			
Nome			
Morada			
Contacto			
Atividade a executar			
Categoria Profissional			
Data de Entrada		Data de Saída	
Nº de Identificação			
Nº da Segurança Social			
Nº de Contribuinte			
Pagamentos à Segurança Social			
Pagamentos à Autoridade Tributária			
EPI			
Formação em Segurança e Saúde			
Apólice de Seguro de AT			



PARTE 2 – REGISTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

BEAUTIFUL ANGELS, LDA																			
FICHA DE VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE EQUIPAMENTOS																			
Equipamentos de maiores dimensões (Giratória, Retro-Escavadoras, etc.)																			
Identificação dos Equipamentos							Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Ind. dB(A)	Marc. CE (S/NNA)	Extintor (S/NNA)	Luzes (S/NNA)	Aviso Sonoro (S/NNA)	Travões (S/NNA)	Derrames (S/NNA)	Proteções Colocadas (S/NNA)	Pneus ou lagartas Adeq. (S/NNA)	Equip. Elev. (S/NNA)	P
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico	Matricula													
Designação da Empresa																			
Equipamentos transportáveis (Martelos Pneumáticos ou Elétricos, Saltitões, Retificadoras, etc.)																			
Identificação dos Equipamentos						Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Indicação dB(A)	Marcação CE (S/NNA)	Fios descarnados (S/NNA)	Duplo isolamento (S/NNA)	Discos adequados (S/NNA)	Proteções colocadas (S/NNA)	Empresa			P		
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico														
Equipamentos/Dispositivos de segurança (Arneses, Linhas de vida, Guinchos, Coletes de Extração, Macas, etc.)																			
Identificação dos Equipamentos						Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Inspeção visual (S/NNA)	Marcação CE (S/NNA)	Garantia de suporte de peso (S/NNA)	Equipamento Completo (S/NNA)	Verificação de pontos de ancoragem (S/NNA)	Empresa			P			
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico														
Equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica (Geradores, Pimenteiros, Quadros Elétricos)																			
Identificação dos Equipamentos						Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Marc. CE (S/NNA)	Linha de Terra (S/NNA)	Ind. dB(A)	Dif. 30 mA (S/NNA)	Cabos elétricos protegidos em zona de passagem (S/NNA)	Frequência de Corrente (Continua / Alternativa)	Tomadas para contacto com água (S/NNA)	Fios Condutores Isolados (S/NNA)	Instalação Elétrica em bom estado (S/NNA)	Empresa	P	
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico														
Inspetor/ Técnico de Segurança				Diretor Técnico da Empreitada				Coordenação de Segurança				Fiscalização							
Ass.:				Ass.:				Ass.:				Ass.:							
Data: / /				Data: / /				Data: / /				Data: / /							
Andaimos Fixos e Móveis e Escadas																			
Identificação dos Equipamentos					Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Apoio Adequado no solo (S/NNA)	Guarda corpos (S/N)	Rodapés (S/N)	Inspeção e Indicação de Utilização (S/N)	Acesso Interior (S/N)	Fixação à parede (S/NNA)	Distância adequada à parede (S/NNA)	Cálculo (S/NNA)	Travamento de rodas (S/NNA)	Travamento lateral (S/NNA)	Empresa	P	
Cód.	Designação	Marca	Modelo																
Equipamento de Monitorização e Medição (Medidor de gases)																			
Identificação dos Equipamentos					Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Marc. CE (S/NNA)	Pilhas/Bateria (S/NNA)	Aviso Sonoro Audível (S/NNA)	Adequado aos gases que se pretendem medir (S/NNA)		Empresa			P				
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série															
Equipamentos de gases fluorados																			
Identificação dos Equipamentos						Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)	Marc. CE (S/NNA)	Fluido	Capacidade (litros)	Verificação de fugas (S/NNA)		Empresa			P			
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico	Grupo													
Outro tipo de equipamento (a especificar)																			
Identificação dos Equipamentos						Entrada no Estaleiro (data)	Saída do Estaleiro (data)									Obs.	Empresa	P	
Cód.	Designação	Marca	Modelo	N.º de Série	Data Fabrico	Matricula													
Designação da Empresa																			
Inspetor/ Técnico de Segurança				Diretor Técnico da Empreitada				Coordenação de Segurança				Fiscalização							
Ass.:				Ass.:				Ass.:				Ass.:							
Data: / /				Data: / /				Data: / /				Data: / /							



PARTE 3 – MODELO DE REGISTO DE UTILIZAÇÃO

BEAUTIFUL ANGELS, LDA					
REGISTO DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS					
Equipamentos de estaleiro	Entrada		Saída		Observações
Designação	Data	Assinatura	Data	Assinatura	



ANEXO IV – ORGANOGRAMA FUNCIONAL

ANEXO V – HORÁRIOS DE TRABALHO DA EMPREITADA

ANEXO VI – REGISTO DE SEGUROS E APÓLICES DE ACIDENTES DE TRABALHO

ANEXO VII – PLANOS DE TRABALHOS

PARTE 1 – PLANO DE TRABALHOS

PARTE 2 – PLANO E CRONOGRAMA DE MÃO-DE-OBRA

ANEXO VIII – PROJETO DO ESTALEIRO

Nota Prévia - O Projeto do Estaleiro deve ser adaptado à especificidade da obra e objetiva descrever a forma como o mesmo deve estar organizado e arrumado.

MEMÓRIA DESCRITIVA

▪ Vedações

Sempre que possível, todo o perímetro da obra será vedado com material apropriado e altura suficiente de forma a garantir a não introdução de pessoas estranhas aos trabalhos.

▪ Acesso

Junto ao portão de acesso para viaturas e trabalhadores será colada sinalização de segurança que previna de forma rápida e inteligível os objetos e as situações passíveis de criar perigo. Os acessos devem ser obrigatoriamente diferenciados, ou seja, um para viaturas e outro para trabalhadores.

▪ Vias de circulação

Dentro da obra, serão definidas zonas de circulação diferenciadas para trabalhadores e viaturas.

▪ Vitrine de Segurança

Será afixada na vitrine de segurança, instalada na entrada da obra, todos os documentos obrigatórios (alvará, apólice e recibo de seguro de acidentes de trabalho, organograma, lista de contatos de emergência, horário de trabalho, índices de sinistralidade, comunicação prévia de abertura de estaleiro, nomeação/aceitação do CSO) e de informação de Segurança e Saúde no Trabalho.

▪ Instalações Sociais

○ Escritório

Os escritórios de obra destinam-se aos técnicos de obra (diretor de obra, engenheiros residentes, encarregados, medidores, controladores, topógrafos, etc.) e aos técnicos administrativos, pelo que no seu dimensionamento se deve ter em consideração o número de técnicos e dirigentes que a obra exige. É comum prever-se uma sala estimada ao estudo do planeamento e controlo do desenvolvimento da execução, bem como à coordenação dos diversos trabalhos. Recomenda-se que o gabinete destinado à permanência do Diretor da Obra permita uma visão geral sobre o estaleiro. Muitas vezes, estas instalações incorporam uma área destinada à equipa de fiscalização, no entanto este facto depende das exigências do Caderno de Encargos. Em estaleiros de menores dimensões, em que não se preveja a instalação de uma Enfermaria ou de um Posto Médico, deve existir uma lista, onde constem os principais números de telefone de emergência (Cento de Saúde, Hospital, Farmácia, Bombeiros, Polícia, etc.) e um estojo de Primeiros Socorros. A referida lista de números de telefone deverá ser fixada numa das dependências dos Escritórios.



Os escritórios deverão ser localizados junto à entrada do estaleiro para permitir o acesso mais rápido e em maior segurança.

○ Instalações Sanitárias

A Entidade Executante deverá disponibilizar instalações sanitárias adequadas, separadas por sexos se necessário, devidamente resguardadas das vistas e mantidas permanentemente em bom estado de limpeza e arrumação, e dispondo de água quente.

Caso exista dormitório no Estaleiro, deverão prever-se instalações sanitárias em zona contígua aos mesmos, sendo obrigatório que o acesso dos dormitórios às instalações sanitárias contíguas seja feito através de zona coberta. Estas instalações sanitárias respeitarão as seguintes condições, considerando como ocupantes todos os trabalhadores deslocados que pernoitam no estaleiro:

Pé-direito mínimo	→	2,60 m
Lavatórios	→	1 unidade por 5 ocupantes
Chuveiros	→	1 unidade por 10 ocupantes (com água quente e fria)
Urinóis	→	1 unidade por 20 ocupantes
Retretes	→	1 unidade por 10 ocupantes
Altura mínima das divisórias entre chuveiros e entre retretes	→	1,70 m

No Estaleiro de apoio deverão ser previstas ainda instalações sanitárias com as mesmas características e elementos acima referidos, considerando uma relação de 1:20 trabalhadores em simultâneo no Estaleiro. Deverá ainda considerar-se vestiários com área mínima de 1,00 m² por cada 10 trabalhadores em simultâneo no Estaleiro e de um cacifo por cada um desses trabalhadores. Na ausência de registo e justificação por parte da Entidade Executante do número de trabalhadores em simultâneo no Estaleiro, considerar-se-á o número máximo indicado na Comunicação Prévia, excluindo destes os ocupantes do dormitório registados.

Nas frentes de trabalho, a Entidade Executante terá que montar instalações sanitárias adequadas para utilização dos trabalhadores, podendo as mesmas ser amovíveis. Estas instalações sanitárias devem dispor de água permanente e no mínimo de retrete e lavatório (integradas ou em separado) em número proporcional ao acima referido para o Estaleiro de apoio. Devem ser localizadas de forma a que a distância a pé entre os locais de trabalho e as instalações sanitárias seja no máximo de 5 minutos.

Para a Fiscalização, deverão ser consideradas instalações sanitárias separadas e em local a decidir por esta, com as características e elementos acima referidos na relação de 1:10 pessoas da Fiscalização em permanência na empreitada, com o mínimo de uma instalação sanitária reunindo essas condições.

○ Dormitórios

Os dormitórios a instalar no Estaleiro, quando existentes, deverão dispor de meios de combate a incêndios adequados e em número suficiente, e respeitar as seguintes condições:

Volume mínimo	→	10 m ³ por ocupante
Pé-direito mínimo	→	3 m, podendo a Entidade Executante propor e a CSO aceitar outro pé-direito desde que satisfeitas as restantes condições.
Área mínima das janelas	→	1/10 da área do pavimento, devendo permitir a sua abertura, dispor de estores e ter um raio livre mínimo no exterior de 2,00 m medido a partir do eixo de cada janela.
Afastamento mínimo entre camas	→	1 m para camas simples e 1,5 m para beliches que não poderão ter mais de 2 camas, devendo o espaço livre acima de cada cama ser no mínimo de 1,00 m; ao nível do piso as camas deverão ter altura mínima de 0,50 m na parte superior do colchão.

No interior dos compartimentos de dormitório não é permitido a existência de aparelhos elétricos de queima do ar, nomeadamente aquecedores, fogões, etc..

A utilização de contentores metálicos para dormitórios poderá vir a ser aceite pela CSO desde que sejam garantidas adequadas condições de sombreamento pelo menos nos meses de Março a Setembro de cada ano.

Se na obra existir guarda permanente, deverá ser prevista uma construção para lhe servir exclusivamente de local de repouso, com uma área não inferior a 6 m² e com um pé-direito mínimo de 2,15 m.

○ Refeitório e Cozinha

Todos os trabalhadores terão que dispor diariamente de condições para tomar as suas refeições, em locais e ambiente adequados, podendo adotar-se uma ou mais das seguintes soluções: proporcionar condições para os trabalhadores tomarem as suas refeições em restaurantes nas proximidades (1.ª opção); instalar refeitórios e respetivas cozinhas (2.ª opção); criar espaços para toma de refeições com condições adequadas (3.ª opção).

A Entidade Executante deverá indicar e registar o número de trabalhadores para cada uma das opções adotadas de entre as acima indicadas (N1, N2 e N3, respetivamente para trabalhadores que tomam refeições em restaurantes, nos refeitórios do Estaleiro e outros espaços criados para o efeito), cobrindo o número máximo de trabalhadores indicados na Comunicação Prévia e tendo em conta as interrupções para refeições de acordo com o horário de trabalho aprovado e a simultaneidade de trabalhadores para tomarem as refeições (Ns). Na ausência de indicação do número indicado para Ns, ou não aceitação de justificação por parte da CSO, considera-se Ns igual ao número máximo de trabalhadores indicado na Comunicação Prévia.

A criação de espaços para toma de refeições (3.ª opção) poderá ser considerada apenas em casos devidamente justificados pela Entidade Executante e aceites pela CSO, designadamente, a pedido de grupos de trabalhadores apresentado por escrito pelos representantes dos trabalhadores na empreitada, ou quando a distância das frentes de trabalho aos refeitórios não permita dispor de no mínimo 30 minutos de permanência dos trabalhadores nestes, tendo em conta o período de descanso previsto no horário de trabalho para a refeição e a deslocação dos trabalhadores em

viaturas a disponibilizar pela Entidade Executante. A criação desses espaços será, contudo, obrigatória quando não for exigível a instalação de refeitórios de acordo com as condições a seguir referidas para estes.

Esses espaços para toma de refeições deverão ser sempre cobertos e, sempre que necessário, protegidos das intempéries pelo menos nos lados de ventos predominantes, designadamente nos períodos de chuvas. Deverão dispor de mesas e assentos em número igual ao dos trabalhadores que em simultâneo os utilizam, e deverão ser dotados de condições e meios para os trabalhadores prepararem as suas refeições, designadamente água em quantidade suficiente.

A instalação de refeitórios e respetivas cozinhas é obrigatória sempre que $(N_s - N_1 - N_3) > 50$ trabalhadores, devendo estes ser cobertos e abrigados das intempéries, dotados de água potável e dispor de mesas e bancos em quantidade adequada ao número de trabalhadores que tomem as suas refeições em simultâneo. Junto aos refeitórios deverá existir uma zona de cozinhas com chaminés e pias com água potável em quantidade adequada ao número de trabalhadores, onde estes possam preparar e/ou apenas tomar as suas refeições. Tanto os refeitórios como as cozinhas, devem dispor de portas de abrir para o exterior e meios de combate a incêndios adequados e em número suficiente.

Os refeitórios e as cozinhas a instalar no Estaleiro respeitarão as seguintes condições, considerando como utilizadores todos os trabalhadores que tomam as suas refeições nos refeitórios:

Pé-direito mínimo	→	2,60 m
Lavatórios	→	1 unidade por 10 utilizadores
Urinóis	→	1 unidade por 20 utilizadores
Retretes	→	1 unidade por 20 utilizadores
Área mínima de portas e janelas	→	1/10 da área do pavimento com um raio livre mínimo no exterior de 2,00 m medido a partir do eixo de cada abertura

As cozinhas deverão dispor de meios para preparação das refeições.

Deverá ser criado um Procedimento de Inspeção e Prevenção, contemplando as instalações previstas neste ponto. O registo de inspeção associado terá periodicidade a acordar com a CSO.

- Redes Técnicas Provisórias

Deverá ser criado um Procedimento de Inspeção e Prevenção, contemplando as redes técnicas provisórias que se referem em seguida, sempre que aplicável. O registo de inspeção associado terá periodicidade a acordar com a CSO.

- Instalação de Gás

Caso se instalem botijas de gás industrial ou outro para o aquecimento de água ou preparação de refeições, estas instalações devem ser localizadas no exterior em compartimento devidamente protegido e fechado (com chave) mas devidamente arejados, por exemplo, com portas de rede metálica. Quando estes compartimentos sejam construídos “colados” a outras instalações deverá interpor-se uma “barreira” constituída por material com massa adequada para absorver impactos resultantes de eventuais explosões. A Entidade Executante deverá ainda inspecionar estas instalações pelo menos mensalmente, registando o resultado de tais inspeções.

- Rede Provisória de Eletricidade

A Entidade Executante deverá elaborar o projeto das instalações elétricas (incluindo cálculos tendo em conta as necessidades, traçado, características da montagem – enterrado e/ou aéreo, tipo de rede e acessórios) e respetivos

pontos de abastecimento e distribuição, devendo ser acompanhado de uma memória descritiva e justificativa das soluções adotadas. Deverá submeter esse projeto à aprovação das entidades competentes e à CSO.

Para os trabalhos que se realizarem em período noturno ou em áreas interiores sem iluminação natural suficiente, o projeto das instalações elétricas deverá definir qual o sistema de iluminação a utilizar nas frentes de trabalho e nos caminhos de acesso e circulação de viaturas e de trabalhadores, devendo ter em conta os valores mínimos de Níveis de Iluminação (NI) das diferentes áreas de trabalho indicados no quadro a seguir:

Espaços exteriores	NI (lux)	Espaços interiores	NI (lux)
Áreas e vias de circulação	10	Vias de circulação	40
Áreas de realização de trabalhos	40	Escadas e áreas de armazenagem	60
		Áreas de trabalho em geral, vestiários, sanitários, etc.	120
		Áreas fechadas afetadas a trabalho permanente	200

A Entidade Executante deverá efetuar o registo das medições efetuadas nas diferentes áreas de trabalho para comprovar os valores mínimos indicados, utilizando para o efeito um luxímetro calibrado.

- Rede Provisória de Águas Residuais

A EE deverá elaborar o projeto da rede de água potável e respetivos pontos de abastecimento e válvulas de seccionamento (incluindo cálculos tendo em conta as capitações adequadas às necessidades, traçado, características da montagem, tipo de tubagem e acessórios), devendo ser acompanhado de uma memória descritiva e justificativa das soluções adotadas.

O abastecimento se for feito a partir da rede pública será objeto de pedido junto da entidade da área competente para o efeito. Em caso contrário, deverá assegurar o controlo mensal da potabilidade da água através de testes apropriados efetuados por entidades ou pessoas competentes para o efeito, registando e afixando os resultados dos mesmos. Sempre que aplicável, deverá ser afixado junto aos pontos de distribuição e de forma bem visível, informação indicando “Água imprópria para consumo”.

A EE tem que garantir que em todas as frentes de trabalho em laboração existe água potável em quantidade suficiente à disponibilidade dos trabalhadores.

- Rede Provisória de Águas Residuais

A EE deverá elaborar o projeto do sistema de rede de águas residuais (incluindo cálculos tendo em conta as necessidades, traçado, características da montagem, tipo de tubagem e acessórios) e respetivos pontos de destino, devendo ser acompanhado de uma memória descritiva e justificativa das soluções adotadas. Caso necessário, obter a aprovação das entidades competentes.

▪ Organização do Estaleiro

Deverá ser criado um Procedimento de Inspeção e Prevenção, contemplando a organização do estaleiro. O registo de inspeção associado terá periodicidade a acordar com a CSO. Em seguida enumeram-se os vários elementos da organização do Estaleiro:

- Armazéns de Materiais

Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zonas de armazenamento fechadas. Os materiais perigosos devem ser separados dos restantes e devidamente resguardados e identificados. Poderão ainda ser consideradas áreas específicas para materiais e/ou equipamentos segregados

- Ferramentaria

As ferramentas e equipamentos de pequena dimensão devem ser guardados diariamente em zonas destinadas para o efeito e devidamente fechadas.

- Parques de Pré-Fabricados e Elementos Metálicos

No Estaleiro devem ser previstas áreas para colocação de pré-fabricados e elementos metálicos, as quais devem ser planeadas de forma que as peças pré-fabricadas e os elementos metálicos, sejam arrumadas por tipos. Essas áreas devem ser acessíveis aos veículos utilizados no seu transporte, carga e descarga.

Na área dos parques de pré-fabricados e elementos metálicos devem ser definidos caminhos de acesso de forma a possibilitar a carga e descarga de peças com segurança tendo em conta o referido no Plano de Acesso, Circulação e Sinalização adiante referido, devendo evitar-se grandes deslocações dos elementos pré-fabricados, principalmente os de maior dimensão.

Caso os mesmos sejam descarregados junto das áreas onde vão ser aplicados, a sua deposição não poderá ser feita próxima de valas ou cristas de taludes que apresente riscos de queda, soterramento ou interferência com as vias em exploração.

Na organização destes parques, a Entidade Executante deverá considerar áreas específicas para armazenamento de material rodoviário específico de separação (New Jersey/PMB, PMP) e de sinalização (sinais de trânsito).

- Parque de Equipamentos Móveis

No Estaleiro deverá, sempre que necessário, ser prevista área de parque de equipamentos móveis destinada a estacionamento de equipamentos de apoio sempre que não estejam a ser utilizados.

Caso seja montado no Estaleiro cisterna para combustível esta deverá ser montada junto ao parque de equipamentos, ser devidamente vedada e dispor de meios de combate a incêndios e sinalização adequada, incluindo a proibição de fumar e foguear.

O estacionamento de equipamentos em locais de resguardo não integrados no Estaleiro e pertencentes ao Dono da Obra requer a prévia autorização da CSO e tem que ser sempre feita cumprindo todas as disposições regulamentares aplicáveis.

- Parque de Viaturas de Passageiros

O parque para estacionamento de viaturas de passageiros, se existir, será separado do parque de equipamentos de apoio e deverá ser próximo da área social do Estaleiro e junto a um acesso.

- Parques de Materiais

Os materiais destinados a aplicação posterior, deverão ser depositados em locais do Estaleiro devidamente arrumados e organizados tendo em conta as suas características e serão transportados para os locais de aplicação pelos meios mais adequados.

- Parques de Resíduos

Os resíduos provenientes da empreitada deverão ser colocados no parque de resíduos, até serem transportados para operador licenciado aprovado pela Fiscalização e CSO. Deverão ser devidamente delimitados e identificados.

- Circulações Internas

O Projeto de Estaleiro integrará a definição dos caminhos de circulação internos, devendo ser considerado o faseamento dos trabalhos e a necessidade de acesso de viaturas pesadas em simultâneo com o acesso dos trabalhadores, que deverão ter um corredor próprio devidamente identificado.

- Vitrine de Segurança

A Entidade Executante deverá obrigatoriamente montar no Estaleiro pelo menos uma vitrina, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida na legislação, neste PSS e no Caderno de Encargos.

- Procedimentos:

Diariamente, será efetuado o registo de todos os trabalhadores que entram através da portaria.

Segue-se o modelo para os registos anteriores.

REGISTO SEMANAL DE PESSOAL NO ESTALEIRO								
Empresa	Trabalhador	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sáb.	Dom.



SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA NO ESTALEIRO

▪ Plano de Acesso, Circulação e Sinalização do Estaleiro

Nos termos da legislação em vigor devem adotar-se as medidas para garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessárias à segurança de todos os trabalhadores no Estaleiro, incluindo os elementos da Fiscalização, CSO, eventuais visitantes, e transeuntes nas imediações do Estaleiro tendo em conta a natureza, características, dimensão e localização do Estaleiro.

A Entidade Executante deverá preparar esse Plano de Acesso, Circulação e Sinalização tendo em conta toda a legislação aplicável e as indicações a seguir referidas.

O Plano de Acesso, Circulação e Sinalização integrará plantas que identifiquem o Estaleiro (incluindo todas as áreas de trabalho), incluindo vias de acesso e outras vias rodoviárias, ferroviárias, caminhos pedonais, etc. que eventualmente existam na proximidade ou interferindo com o próprio Estaleiro.

Na preparação desse Plano deverá ser considerado o seguinte:

- Identificar todos os acessos do Estaleiro (viários e pedonais). Os caminhos pedonais no estaleiro devem ser sinalizados e proporcionar adequadas condições de segurança aos trabalhadores.
- Tomar as medidas necessárias para que o acesso ao Estaleiro seja reservado a pessoas autorizadas, não devendo ser permitido em caso algum o atravessamento do Estaleiro por pessoas estranhas à obra.
- Prever a colocação dos sinalética e/ou dispositivos necessários para garantir a segurança na entrada e saída de viaturas no Estaleiro.
- Na definição dos caminhos de circulação deve ser considerada a movimentação de todos os materiais e equipamentos utilizados no Estaleiro.
- Os caminhos de circulação de veículos pesados devem, antes de utilizados, ser regularizados e compactados de forma a possuírem a capacidade portante necessária, sem que apresentem deformações excessivas.
- Os caminhos de terra batida no tempo seco devem ser regularmente regados de forma a evitar o levantamento de pó, e no tempo de chuvas, devem ser espalhados materiais adequados para evitar a criação de lamas.
- Todas as entradas no Estaleiro têm que ser sinalizadas proibindo a entrada a pessoas estranhas à obra e indicação do Equipamento de Proteção Individual de utilização obrigatória dentro do Estaleiro (no mínimo, capacete e botas com palmilha e biqueira de aço).
- No Estaleiro a delimitação das áreas de circulação pedonal deverá ser feita, sempre que possível e necessário, através de redes de polietileno cor laranja com o mínimo de 1,00 m de altura, sendo que a utilização de “fitas” apenas poderão ser aplicadas quando expressamente autorizados pela CSO.
- Tratando-se de trabalhos em, ou junto a, vias de circulação de viaturas automóveis, a delimitação poderá ser feita com as redes referidas no ponto anterior ou outro método equivalente, devendo no entanto recorrer-se a PMB (Perfis Móveis de Betão) ou PMP (Perfis Móveis de Plástico) cheios, caso existam o riscos de associados à passagem de veículos(atropelamentos, queda de viaturas, etc.) e/ou na sua avaliação se verifique que o risco elevado (pela velocidade dos veículos, zona de curvas, etc.). A utilização dos designados Flat Cones apenas deverá ser admitida em zonas afastadas de circulação de viaturas ou de reduzida perigosidade de contacto com trabalhadores.

- Os caminhos pedonais externos devem ser identificados, protegidos e sinalizados de forma a proporcionar adequadas condições de segurança aos transeuntes.
- Zonas perigosas ou interditas, com identificação dos perigos.
- A obrigação de uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), com os sinais apropriados.
- Sinalização da localização dos meios de combate a incêndios.

Em anexo ao Plano de Acesso, Circulação e Sinalização do Estaleiro devem ser apresentadas a(s) Planta(s) de acesso, sinalização e circulação no estaleiro e o respetivo PIP.

O Plano de Acesso, Sinalização e Circulação deve ser estabelecido tendo em conta, nomeadamente, o estipulado na legislação em vigor, relativo às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

A Entidade Executante arquivará as cópias de todos os elementos que constituem o Plano de Acesso, Circulação e Sinalização.

▪ Plano de Sinalização Temporária

Sempre que as intervenções o justifiquem, deve ser preparado um plano de sinalização específico para o caso, definindo a sinalização necessária para garantir a segurança nos trabalhos a realizar e os caminhos viário alternativos. Estes planos de sinalização respeitarão a regulamentação aplicável, e serão sempre sujeitos a aprovação prévia da CSO.

A sinalização de zonas públicas bem como a circulação viária através de vias alternativas terá que ser submetida à aprovação da CSO e também à aprovação das entidades competentes para o efeito, devendo-se notificar os moradores afetados.

Os sinais de segurança e de saúde a empregar no Estaleiro devem ser os previstos legislação em vigor, devendo a Entidade Executante privilegiar a utilização de sinais que possuam marcação do fabricante (na frente ou no verso) contendo o nome do fabricante, o modelo e o ano de fabrico, e bem assim incluir no anexo abaixo referido a declaração de conformidade desses sinais com a legislação vigente ou, caso se trate de sinais não previstos na legislação, indicação das normas utilizadas. Essa declaração deverá ser passada pelo respetivo fabricante e conter em anexo o catálogo desses sinais onde se identifiquem os modelos aplicados.

Nos casos gerais, os sinais devem ser colocados à altura da visão, não devendo ser colocados mais do que (3) três sinais juntos.

Constitui encargo e obrigação da Entidade Executante assegurar a conservação, manutenção e limpeza da sinalização ao nível exigido, bem como a reposição imediata de todo o equipamento deteriorado ou danificado em acidentes.

Sempre que haja eliminação de uma, ou mais, via(s) de trânsito ou a criação de desvios de trânsito, a sinalização da demarcação e guiamento do trânsito da(s) via(s) eliminada(s) deverá ser apoiada por recurso a sinalização luminosa intermitente, vulgo sequenciais;

A sinalização horizontal temporária deverá ser efetuada, preferencialmente, com recurso a fita adesiva amarela associada a marcadores refletivos.

Em anexo ao Plano de Sinalização Temporária devem ser apresentadas a(s) Planta(s) com a respetiva, sinalização e alteração à circulação em via pública.

A Entidade Executante deverá obter atempadamente o acordo e aprovação das entidades policial (PSP ou GNR-BT) e autárquica (CM).

A Entidade Executante arquivará no Anexo as cópias de todos os elementos que constituem o Plano de Sinalização Temporária.

▪ Planos de Proteções Coletivas

A Lei-Quadro sobre Segurança, Higiene e Saúde em vigor determina a necessidade de o empregador aplicar, entre outras, as medidas necessárias de proteção coletiva visando a redução de riscos profissionais. Nesse diploma legal prevê-se também como princípio de prevenção geral que o empregador deve dar prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às de proteção individual.

O Plano de Proteções Coletivas a desenvolver pela Entidade Executante deverá definir objetivamente os equipamentos de proteção coletiva a empregar que deverão ser devidamente dimensionados e especificados, e identificar claramente os respetivos locais de implantação, em função dos riscos que os trabalhadores poderão estar expostos (risco de queda em altura, risco de queda de objetos, risco de eletrização, eletrocussão, risco de atropelamento, risco de afogamento, etc.). Os locais de implantação devem ser marcados sobre plantas do Estaleiro (incluindo áreas de trabalho), indicando-se ainda o tipo de proteção a utilizar em cada caso, incluindo, nos casos aplicáveis, as respetivas características técnicas e dimensionais, método de fixação, cálculos, processo de aplicação, etc..

Sem prejuízo de outras proteções que a Entidade Executante entenda necessário, ou que a CSO determine, na elaboração destes planos, a Entidade Executante deve atender ao seguinte:

- Montar, em todos os trabalhos junto a vias com circulação de viaturas motorizadas (ou junto de linhas férreas com comboios em circulação, se for o caso), vedações provisórias de resguardo entre áreas de trabalho e essas vias, devendo as referidas vedações ser constituídas por forma a estabelecer um impedimento físico adequado para impossibilitar a aproximação dos trabalhadores e máquinas a essas vias. Estas vedações têm que ser montadas afastadas o máximo possível das vias de circulação (e, no caso de linhas férreas, no mínimo 2,00 m do carril mais próximo) e serem constituídas, por exemplo, por redes de polietileno cor laranja com o mínimo de 1,00 metro de altura ou New Jerseys de betão, nos casos em que o risco de aproximação de veículos seja mais elevado.
- Todas as áreas com risco de queda em altura devem ser protegidas com sistemas de proteções coletivas adequadas, nomeadamente, guarda-corpos, etc..
- Todas as áreas com risco de queda de objetos para vias de circulação rodoviária ou pedonal devem ser protegidas com sistemas de proteção coletiva adequadas, através da utilização de redes de proteção com malha suficientemente fechada.
- Sempre que sejam utilizados guarda-corpos, estes deverão ser constituídos por elementos horizontais (barra superior a $1,10 \pm 0,10$ metros acima da plataforma de trabalho, barra intermédia a meia altura $\pm 0,8$ metros acima da mesma plataforma e rodapé com $0,20 \pm 0,05$ metros de altura) e elementos verticais rígidos. Os elementos horizontais (superiores e intermédios) deverão ser constituídos por material que resista a uma força horizontal de 1,50 kN/m, e os elementos verticais por material que resista à força resultante dos elementos horizontais que neles se apoiam. Entre os rodapés e os pavimentos respetivos não poderão existir folgas superiores a 5 mm.

▪ As lingas para a movimentação de cargas deverão estar devidamente identificadas e documentadas com tipo (cordões de aço, correntes), características (simples, múltiplas), secção, capacidade de carga das lingas e dos anéis de ligação (no caso de lingas múltiplas), etc.. No caso de lingas múltiplas deverão os anéis onde se ligam estar devidamente marcados. Deverão ser selecionadas tendo em conta a capacidade de carga indicada pelo fabricante, devendo privilegiar-se os cabos de aço com laços executados com braçadeiras prensadas com marcação da carga visível. As lingas com laços executados com cerra-cabos apenas deverão ser utilizados quando se demonstre não ser possível utilizar as de laços com braçadeiras prensadas. As lingas não deverão ser utilizadas com ângulos superiores a 90°. Os ganchos onde as lingas irão ser utilizadas devem sempre dispor de patilha de segurança.

Os Planos de Proteções Coletivas devem ser suportados sempre que aplicável por elementos desenhados, designadamente relativamente ao local onde as proteções serão instaladas (sobre plantas do Estaleiro ou do projeto), incluindo tipo e características das mesmas. Estes Planos deverão ser mantidos atualizados competindo a Entidade Executante proceder à sua revisão/atualização face à evolução dos trabalhos.

▪ Plano e Controlo dos Equipamentos de Proteção Individual

Por Equipamento de Proteção Individual (EPI) entende-se qualquer equipamento ou seu acessório destinado a uso pessoal do trabalhador para proteção contra riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde no desempenho das tarefas que lhe estão atribuídas. Deverá ser consultada a legislação em vigor onde se encontram definidas regras de utilização dos equipamentos de proteção individual.

Os EPI devem ser utilizados sempre que os riscos identificados não puderem ser evitados de forma satisfatória por meios técnicos de proteção coletiva ou por medidas, métodos ou processos de organização do trabalho. Os EPI devem ser utilizados também como medidas preventivas complementares de outras sempre que se considere justificável.

Deverá ser elaborado um Plano relativo aos equipamentos de proteção individual com a inclusão de uma matriz que defina o EPI para cada categoria profissional, distinguindo os de uso permanente e temporário. Para o efeito poderá ser utilizado o Anexo XII – Parte 1. O Plano relativo aos EPI deverá ser colocado no PSS.

Os EPI de uso permanente destinam-se a serem utilizados durante a permanência de qualquer trabalhador no estaleiro (considerando-se no mínimo o capacete de proteção e botas com palmilha e biqueira de aço e o vestuário de alta visibilidade), os EPI de uso temporário serão utilizados pelo trabalhador dependendo do tipo de tarefa que desempenha e condições de trabalho excecionais a que este se encontra sujeito (por exemplo, uso de protetores auriculares, viseira, máscara, arneses, etc.).

Pretende-se ainda controlar a sua correta distribuição e informação dos riscos associados e registados. Esses registos deverão ser arquivados pela Entidade Executante no Dossier já referido no Controlo Específico de subempreiteiros. Deverá nesta ficha constar o nome da empreitada.

No ato da entrega dos EPI, cada trabalhador, incluindo os Subempreiteiros deverá assinar a sua receção, competindo ao empregador, nos termos da legislação em vigor, informar aquele dos riscos que cada EPI visa proteger. Nesse ato o trabalhador deverá também tomar conhecimento das suas obrigações assinando a declaração que consta na ficha de distribuição de EPI. Não serão aceites declarações de data anterior à validade dos EPI.

Deverão ser registados as entregas dos EPI para posteriormente se poder verificar-se quais os trabalhadores que rececionaram os EPI.

Sinais de Proibição:



Sinais de Obrigação



Sinais de Aviso



Substâncias inflamáveis
ou alta temperatura



Substâncias explosivas



Substâncias tóxicas



Substâncias corrosivas



Substâncias radioactivas



Cargas suspensas



Veículos de movimentação
de cargas



Perigo de electrocussão



Perigos vários



Raios laser



Substâncias combustíveis



Radiações não ionizantes



Forte campo magnético



Tropeçamento



Queda com desnível



Risco biológico

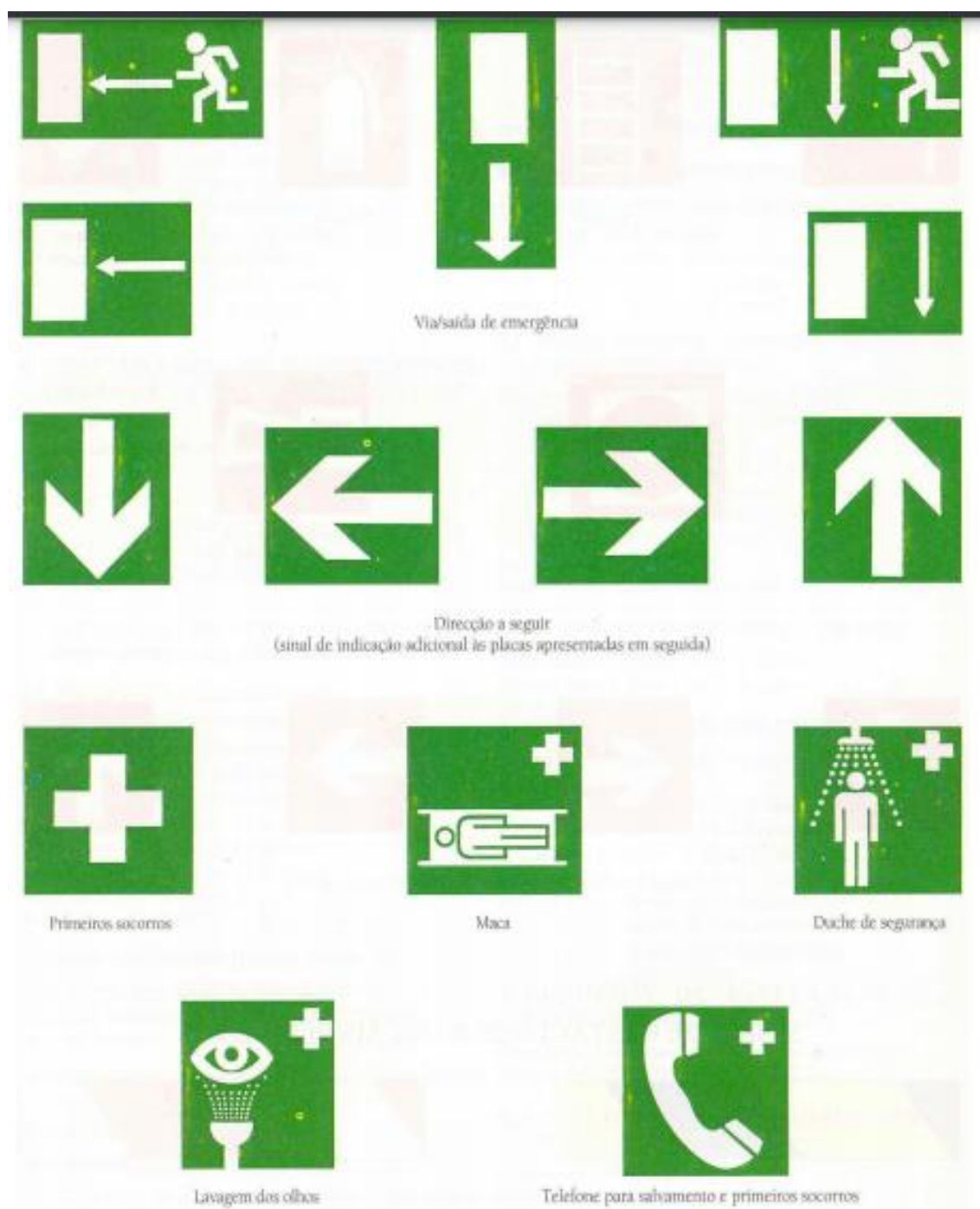


Baixa temperatura



Substâncias nocivas ou irritantes

Sinais de Salvamento ou de emergência



Sinais relativos ao material de combate a incêndios



Agulheta de incêndio



Escada



Extintor



Telefone a utilizar
em caso de
emergência



Comando manual ou
botão de alarme



Dispositivo sonoro de
aviso de incêndio



Direcção a seguir
(sinal de indicação adicional às placas apresentadas acima)

Sinais relativos a obstáculos e locais perigosos

Utilizada quando o ambiente interno ou externo possui sistema de iluminação de emergência.

O-1



Utilizada quando o ambiente interno ou externo possui iluminação artificial em situação normal, porém não possui sistema de iluminação de emergência.

O-2



LIMPEZA E ARRUMAÇÃO

A limpeza e arrumação nos postos de trabalho e vias de circulação são um fator essencial à Segurança. A desarrumação e acumulação de lixo são sempre portadoras de riscos. Os entulhos devem ser armazenados em zonas delimitadas e removidos com a periodicidade adequada à sua quantidade.

Riscos da desarrumação do posto de trabalho e vias de circulação:

- Quedas ao mesmo nível;
- Quedas em altura;
- Queda de materiais;
- Deterioração de materiais;
- Incêndio: Entulhos e materiais combustíveis podem-se incendiar por exemplo quando é feito um trabalho de soldadura e corte ou quando se deita um cigarro para o chão.

Nunca armazenar produtos inflamáveis junto de substâncias combustíveis

- Eletrocussão;
- Esmagamento.

Neste sentido, devem ser cumpridos os seguintes procedimentos:

- Manter livres os acessos e passagens;
- Manter os postos de trabalho em ordem, os materiais arrumados, as vias de circulação desimpedidas, e desse modo evitar-se-á que os trabalhadores escorreguem ou caiam;
- Armazenar corretamente os materiais para se evitar todo o risco de acidente durante a circulação de trabalhadores;
- Empilhar corretamente todas as peças de madeira ou tábuas, depois de lhes arrancar os pregos para evitar riscos de ferimento;
- Num posto de trabalho elevado, não deitar materiais “às cegas”, para que os colegas que trabalham a um nível inferior ou materiais existentes em baixo não sejam atingidos.

ANEXO IX – AVALIAÇÃO E HIRERARQUIZAÇÃO DE RISCOS E MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Trabalhos com riscos especiais/medidas de prevenção

Trabalhos	Riscos Potenciais	Medidas de Prevenção
Execução de Estruturas em betão armado	Queda em altura	Plataformas de trabalho com guardas; Verificação da correcta fixação de carga em operações de movimentação de elementos de descofragem;
	Queda ao mesmo nível	Arrumação e limpeza do posto de trabalho e área envolvente;
	Corte, perfuração	Utilização de luvas de protecção mecânica;
	Esmagamento	Não permanecer sob elementos de cofragem em deslocação; Utilizar cordas de manobra sempre que isso se justifique;
Movimentação e Montagem de elementos de peso/elevado e/ou grande dimensão	Esmagamento	Utilizar cordas de manobra sempre que isso se justifique; Definição de zonas de interdição de presença de trabalhadores durante operações de colocações de painéis por máquina.
	Queda de Altura	Utilização de cinto de segurança com predefinição de pontos de ancoragem dos cabos nas operações de aperto de extensores de escoramento dos painéis;
Alvenaria	Queda de Altura	Utilização de plataformas de trabalho estáveis e seguras: <ul style="list-style-type: none"> • andaimes correctamente instalados; • cavaletes ou outro tipo de plataforma auxiliar estável e sólida, com componentes de origem, sem improvisos; • arrumação correcta dos materiais sobre as plataformas de trabalho – instalação de rodapés;
	Queda de Objectos	
Cobertura	Queda de Altura	Instalação de guardas nas bordaduras das coberturas; Utilização de cinto de segurança em caso de inclinação do piso de trabalho; Utilização de calçado antiderrapante;
Vãos Exteriores	Queda em Altura	Utilização de plataformas de trabalho estáveis e seguras; Andaimes correctamente instalados;
	Queda de Objectos	Colocação de rede de protecção de toda a superfície do andaime; Delimitação de zonas interditas a circulação no piso inferior;
Andaimes Fixos	Queda durante a montagem	Planeamento dos trabalhos; Utilização do EPI – cinto de segurança, com predefinição dos pontos de ancoragem dos cintos;
	Queda desmoronamento parcial ou total do andaime	Correcta montagem de andaime, com base em projecto, tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> • assentamento; • travamento; • ancoragem.

	Queda em altura dos trabalhadores	Guarda-corpos a 2 alturas – 0,45 e 0,90; Escada interior de acesso entre pisos do andaime; Acessos seguros entre edifícios e andaime;
	Queda de materiais	Rodapés com 0,15 m de altura;
	Queda do andaime por insuficientes apoios	Montagem correcta do andaime, com bases assentes em pavimento estável e resistente;
	Electrização da Estrutura	Ligações a terra de estruturas metálicas;
Operações de Soldadura	Queimaduras	EPI adequado – luvas e mascara;
	Electrocussão	Verificação de equipamento –isolamentos, sistema de retorno; Confirmar fichas, tomadas e extensões;
	Radiações	Ventilação no local de trabalho;
	Intoxicação	Mascara de soldadura; Luvas de Protecção Mecânica;
	Explosão	Verificar estado das garrafas de gás;
Revestimentos e Pinturas	Queda em altura	Correcta montagem e utilização dos andaimes guarda-corpos a partir de 2,00 m de altura;
	Queda ao mesmo nível	Arrumação do posto de trabalhos e zonas envolventes;
	Intoxicação	Utilização de EPI; Ter atenção a ventilação do local de trabalho;
	Queda de objectos	Utilização de capacete; Não trabalhar sob negativos desprotegidos;
Instalações Especiais	Queda do mesmo nível e em altura	Arrumação do posto de trabalho e área envolvente; Utilização de andaime – fixo ou móvel – em trabalhos de altura superior a 1,70m;
Trabalhos Diversos	Diversos	Planeamento dos trabalhos; Verificação de equipamentos previa a sua utilização; Arrumação do posto de trabalho e áreas envolventes antes e depois dos trabalhos; Utilização de plataformas de trabalho correctamente montadas; Passagem aérea de cabos e extensões; Não remoção de dispositivo de protecção colectiva, em caso de necessidade de remoção de um dispositivo para a execução de um trabalho, não abandonar o posto de trabalho sem efectuar a sua remoção.

Materiais com riscos especiais

Materiais	Riscos	Avaliação De Risco		
		Baixo	Médio	Alto
Cimento	Problemas Respiratórios		X	
	Dermatoses			X
Betões e Argamassa	Dermatoses			X
Madeira	Corte		X	
	Problemas respiratórios		X	
Vidros	Corte		X	
Tinta e Vernizes	Intoxicação		X	
	Irritabilidade da pele e olhos		X	

▪ Sistema de Gestão de Substâncias Tóxicas e Perigosas

- Aplicação

Quando o risco potencial o justificar, deverá ser pedida ao fabricante ou fornecedor do produto a respetiva Ficha de Segurança do Produto (MSDS), onde, entre outras informações, vem as medidas de segurança específicas. Estas fichas são obrigatórias por lei, portando deverão ser sempre fornecidas aquando solicitadas. Deve manter-se na obra um arquivo de substâncias tóxicas e perigosas, no anexo 18, com as correspondentes fichas de dados de segurança de cada um deles. Deve ser realizada uma avaliação das referidas substâncias em relação a sua utilização em qualquer atividade e para qualquer material ou substância adicional. Esta avaliação será incluída no arquivo de Segurança e Higiene no Trabalho da empresa, estando disponíveis em qualquer momento para consulta. A obra não poderá iniciar-se sem que se tenha realizado a referida avaliação. Será efetuada uma revisão periódica das avaliações para assegurar, que a sua aplicação ao projeto e a informação obtida, foram dadas a conhecer ao pessoal.

Todos os assuntos relacionados com as substâncias perigosas serão realizados sob a supervisão do Coordenador de Segurança em Obra com colaboração do Encarregado da Obra ou com o Técnico de HST de Obra.

- Manuseamento de produtos químicos

A utilização de produtos químicos na obra requer o conhecimento e divulgação das propriedades e perigos destes produtos. Para tal serão utilizadas as folhas de dados de segurança, as quais contêm também Informação sobre a atuação em casos de acidente. Quando o risco potencial o justificar, não se poderá transportar, armazenar, nem utilizar substâncias químicas na obra que não disponham da correspondente



folha de dados. Uma cópia da folha de dados deverá ser enviada ao Coordenador Segurança em Obra antes da entrada dos produtos na obra. Quando se necessite introduzir produtos para os quais não se disponha da folha de dados, devese informar-se previamente o Coordenador. Se não for necessária a folha de dados, terá o rótulo de conter as prescrições mínimas de segurança. Os trabalhadores deverão estar alertados e aptos para a leitura dos rótulos, que são fundamentais para a sua integridade física e para a proteção dos outros e do meio ambiente. Mesmo que não seja a primeira vez que a substância é utilizada, podem existir pormenores esquecidos ou novos e dos quais a saúde depende inteiramente.

- Responsabilidades

O encarregado de obra deverá assegurar-se:

- Dispõe das folhas de dados de todos os produtos químicos que vão ser utilizados nos diversos trabalhos;
- Todos os trabalhadores envolvidos foram informados sobre os riscos e medidas de prevenção pertinentes;
- Dispõe do tipo e quantidade suficiente de equipamentos de proteção pessoal necessários;
- Todos os trabalhadores estarão obrigados a utilizar os meios de proteção pessoal estabelecidos para o manuseamento do respetivo produto químico.

ANEXO X – PLANO DE AÇÃO REFERENTE AOS CONDICIONALISMOS

ANEXO XI – PLANO DE PROTEÇÕES COLETIVAS

ANEXO XII – PLANO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

PARTE 1 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PREVISTOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	EPI de Uso Obrigatório
Diretor de obra	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Encarregado	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Pedreiro/Trolha	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
Armador de ferro	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
Carpinteiro	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
Montador de cofragens	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
Vibradorista	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
	Tampões auriculares
Servente	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Condutor manobrador	Botas com palmilha e biqueira de aço
Canalizador	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Canteiro	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Eletricista	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço



Categoria Profissional	EPI de Uso Obrigatório
Estucador	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Impermeabilizador	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Marteleiro	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Protetores auriculares
	Luvas de proteção mecânica
	Óculos de proteção
Montador de andaimes	Capacete de proteção
	Botas com biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
	Cinto de segurança
Motorista	Botas com palmilha e biqueira de aço
Pintor	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
Serralheiro	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica
Soldador	Capacete de proteção
	Botas com palmilha e biqueira de aço
	Luvas de proteção mecânica de cano alto



PARTE 2 – MODELO DE FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI

BEAUTIFUL ANGELS, LDA			
FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE EPI			
TRABALHADOR	EPI	DATA	ASSINATURA



ANEXO XIII – PLANO DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

ANEXO XIV – PLANO DE EMERGÊNCIA

COMO PROCEDER EM CASO DE ACIDENTES DE TRABALHO

A. Se o acidente não for grave: Recorrer à caixa de primeiros socorros.

B. Se o acidente for grave:

1º Chamar o transporte / ambulância, para encaminhar o trabalhador sinistrado ao hospital;

INEM	112
Bombeiros Voluntários de Coimbra	239 822 323
Bombeiros Sapadores de Coimbra	239 792 800
Polícia (PSP)	239 797 640
ACT	213 308 700
Câmara Municipal de Coimbra	239 857 500
CHUC – Centro Hospitalar Universitário de Coimbra	239 488 700
Entidade Executante	
Outros	

2º Entrar em contacto imediato com a sede da entidade executante;

3º Preencher o boletim de inquérito de acidente de trabalho e remetê-lo para a sede;

4º Informar o Coordenador de Segurança em Obra e a ACT.

ANEXO XV – PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

ANEXO XVI – PLANO DE VISITANTES

FICHA DE REGISTO DE VISITANTES

BEAUTIFUL ANGELS, LDA	
FICHA REGISTO DE VISITANTES AO ESTALEIRO	
ENTIDADE VISITANTE	
DATA E HORA DA VISITA	DATA: HORA:
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO DISTRIBUIDOS	Capacete ____ Calçado ____ Óculos ____ Colete Refletor ____ Planta do Estaleiro ____ Outros: _____
OBJETIVO DA VISITA	
Assinatura do Diretor Técnico da Obra: Data:	
Assinatura do Dono da Obra: Data:	



ANEXO XVII – MODELO DE FICHA DE PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO

BEAUTIFUL ANGELS, LDA		
REGISTO DE ACIDENTES DE TRABALHO		
Obra:		
ENTIDADE EMPREGADORA: _____		
COMPANHIA DE SEGUROS: _____ Apólice N.º: _____		
DADOS DO SINISTRADO: Nome: _____ N.º: _____		
Morada: _____		
Estado Civil: _____ Categoria Profissional: _____ Idade: _____		
Sexo: _____ Data de Admissão ao Serviço: ____/____/____		
DADOS DO ACIDENTE:		
Data e Hora do Acidente: ____/____/____ às ____:____ h		
Quantos Sinistrados no acidente: _____ N.ºs: _____		
Testemunhas: _____		
Local do Acidente: Domicílio ® Trabalho® Domicílio Fora do Estaleiro Dentro do Estaleiro		
Onde: _____		
Breve Descrição do Acidente: _____		

DESTINO DO SINISTRADO:		
Data: ____/____/____ às ____:____ h Hospital: _____		
Posto Médico: _____		
CAUSA DO ACIDENTE:		
Atropelamento	TIPO DE LESÃO:	
Capotamento	Amputação	
Colisão de Veículos	Asfixia	
Compressão por um objeto ou entre objetos	Concussão / Lesões internas	
Contacto com energia elétrica	Contusão	
Contacto com substâncias nocivas ou radiações	Distensão	
Contacto com objetos	Eletrocussão	
Esforço físico excessivo/movimento falso	Entorse	
Explosão / Incêndio / contacto com temperatura extremas	Esmagamento	
Intoxicação	Ferida / Golpe	
Queda em altura	Fratura	
Queda ao mesmo nível	Lesões Múltiplas	
Queda de objetos	Luxação	
Soterramento	Queimadura	
Outra: _____	Traumatismo	
	Outra: _____	
PARTE DO CORPO ATINGIDA:		
Cabeça, exceto olhos	Mãos, exceto dedos	
Olhos	Dedo(s) da mão	
Tronco, exceto coluna	Mem. Infer., exceto pernas, pés e dedos	
Coluna	Perna (s)	
Braço (s)	Pé(s), exceto dedos	
Membros superiores, exceto braços, mãos e dedos	Dedo(s) do pé	
	Localizações Múltiplas	
	Outras: _____	
CONSEQUÊNCIAS DO ACIDENTE:		
Sem Incapacidade		
Incapacidade Temporária – Regresso ao Trabalho em ____/____/____		
Incapacidade Permanente: _____%		
Morte		
OBSERVAÇÕES: _____		

Empregador:	Responsável pela Segurança:	Diretor Técnico da Obra:
Data:	Data:	Data:
Assinatura:	Assinatura:	Assinatura:



ANEXO XVIII – MAPA DE ÍNDICES DE SINISTRALIDADE

[illegible]

- $\text{Nº de Horas Trabalhadas} = \text{Nº de Trabalhadores} \times \text{Número médio de horas trabalhadas no mês}$
- $\text{II} = \text{Índice de Incidência} = \text{Nº de Acidentes} \times 1000 / \text{Nº de Médio de Trabalhadores}$
- $\text{IF} = \text{índice de Frequência} = \text{Nº de Acidentes} \times 1000000 / \text{Nº de Horas Trabalhadas}$
- $\text{IG} = \text{Índice de Gravidade} = \text{Nº de Dias Perdidos} \times 1000000 / \text{Nº de Horas Trabalhadas}$
- $\text{ID} = \text{Índice de Duração} = \text{Nº de Dias Perdidos} / \text{Nº de Acidentes} = \text{IG} \times 1000 / \text{IF}$

ANEXO XIX – DECLARAÇÕES

- Declaração da Comunicação Prévia da Abertura do Estaleiro
- Declaração do Autor(es) do Projeto
- Declaração de Nomeação do Coordenador de Segurança de Fase de Projeto
- Declaração de Aceitação do Coordenador de Segurança em Fase de Projeto
- Declaração de Nomeação do Coordenador de Segurança de Fase de Obra
- Declaração de Aceitação do Coordenador de Segurança em Fase de Obra
- Declaração da Entidade Executante
- Declaração do Representante da Entidade Executante
- Declaração da Fiscalização
- Declaração do Diretor Técnico da Empreitada

